MAX WEBER

CIÊNCIA E POLÍTICA

Duas Vocações

Prefácio de

MANOEL T. BERLINCK

(Professor-Adjunto de Sociologia da Escola de Administração de Emprêsas de S. Paulo, da Fundação Getúlio Vargas)

Tradução de

LEONIDAS HEGENBERG e OCTANY SILVEIRA DA MOTA

EDITÔRA CULTRIX

SÃO PAULO

se encontram na situação que se descreve na bela canção de exílio do guarda edomita, canção que foi incluída entre os oráculos de Isaías:

"Perguntam-me de Seir:
"Vigia, que é da noite?
"Vigia, que é da noite?"

O vigia responde:

"Vem a manhã e depois a noite.
Se quereis, interrogai,
Convertei-vos, voltai!"

O povo a que essas palavras foram ditas não cessou de fazer a pergunta, de viver à espera há dois mil anos, e nós lhe conhecemos o destino perturbador. Aprendamos a lição! Nada se fêz até agora com base apenas no fervor e na espera. É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia — tanto no campo da vida comum, como no campo da vocação. Êsse trabalho será simples e fácil, se cada qual encontrar e obedecer ao demônio que tece as teias de *sua* vida.

A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO

ESTA CONFERÊNCIA, que os senhores me pediram para fazer, decepcionará necessàriamente e por múltiplas razões. Numa palestra que tem por título a vocação política, os senhores hão de esperar, instintivamente, que eu tome posição quanto a problemas da atualidade. Ora, a tais problemas eu só me referirei ao fim de minha exposição e de maneira puramente formal, quando vier a abordar certas questões que dizem respeito à significação da atividade política no conjunto da conduta humana. Excluamos, portanto, de nosso objetivo, quaisquer indagações como: que política devemos adotar? ou que conteúdos devemos emprestar a nossa atividade política? Com efeito, indagações dessa ordem nada têm a ver com o problema geral que me proponho examinar nesta oportunidade, ou seja: que é a vocação política e qual o sentido que pode ela revestir? Passemos ao assunto.

Que entendemos por política? O conceito é extraordinàriamente amplo e abrange tôdas as espécies de atividade diretiva autônoma. Fala-se da política de divisas de um banco, da política de descontos do *Reichsbank,* da política adotada por um sindicato durante uma greve; e é também cabível falar da política escolar de uma comunidade urbana ou rural, da política da diretoria que está à testa de uma associação e, até, da política de uma espôsa hábil, que procura governar seu marido. Não darei, evidentemente, significação tão larga ao conceito que servirá de base às reflexões a que nos entregaremos esta noite. Entenderemos por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado "Estado" ou a influência que se exerce em tal sentido.

Mas, que é um agrupamento "político", do ponto de vista de um sociólogo? O que é um Estado? Sociològicamente, o

Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com *exclusividade,* aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram, històricamente, nos precursores do Estado moderno. Sociològicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico *meio* que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física.

"Todo Estado se funda na fôrça", disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. E isso é verdade. Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina "anarquia". A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado — não haja a respeito qualquer dúvida —, mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos — a começar pela família — recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território — a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado — reivindica *o monopólio do uso legítimo da violência física.* É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência. Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado.

Em têrmos gerais, essa definição corresponde ao uso corrente do vocábulo. Quando de uma questão se diz que é "política", quando se diz de um ministro ou funcionário que são "políticos", quando se diz de uma decisão que foi determinada pela "política", é preciso entender, no primeiro caso, que os interêses de divisão, conservação ou transferência do poder são fatôres essenciais para que se possa esclarecer aquela questão; no segundo caso, impõe-se entender que aquêles mesmos fatôres condicionam a esfera de atividade do funcionário em causa, assim como, no último caso, determinam a decisão. Todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder — seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder "pelo poder", para gozar do sentimento de prestígio que êle confere.

Tal como todos os agrupamentos políticos que històricamente o precederam, o Estado consiste em uma relação de *dominação* do homem sôbre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade contìnuamente reivindicada pelos dominadores. Colocam-se, em conseqüência, as indagações seguintes: Em que condições se submetem êles e por quê? Em que justificações internas e em que meios externos se apóia essa dominação?

Existem em princípio — e começaremos por aqui — três razões internas que justificam a dominação, existindo, conseqüentemente, três fundamentos da *legitimidade.* Antes de tudo, a autoridade do "passado eterno", isto é, dos costumes santificados pela validez imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los. Tal é o "poder tradicional", que o patriarca ou o senhor de terras, outrora, exercia. Existe, em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) — devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dêle fazem o chefe. Tal é o poder "carismático", exercido pelo profeta ou — no domínio político — pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido através de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político. Existe, por fim, a autoridade que se impõe em razão da "legalidade", em razão da crença na validez de um estatuto legal e de uma "competência" positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros têrmos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações confor-

mes ao estatuto estabelecido. Tal é o poder, como o exerce o "servidor do Estado" em nossos dias e como o exercem todos os detentores do poder que dêle se aproximam sob êsse aspecto.

É dispensável dizer que, na realidade concreta, a obediência dos súditos é condicionada por motivos extremamente poderosos, ditados pelo mêdo ou pela esperança — seja pelo mêdo de uma vingança das potências mágicas ou dos detentores do poder, seja a esperança de uma recompensa nesta terra ou em outro mundo. A obediência pode, igualmente, ser condicionada por outros interêsses e muito variados. A tal assunto voltaremos dentro em pouco. Seja como fôr, cada vez que se propõe interrogação acêrca dos fundamentos que "legitimam" a obediência, encontram-se, sempre e sem qualquer contestação, essas três formas "puras" que acabamos de indicar.

Essas representações, bem como sua justificação interna, revestem-se de grande importância para compreender a estrutura da dominação. Certo é que, na realidade, só muito raramente se encontram êsses tipos puros. Hoje, contudo, não nos será possível expor, em pormenor, as variedades, transições e combinações extremamente complexas que êsses tipos assumem; estudo dessa ordem entra no quadro de uma "teoria geral do Estado".

No momento, voltaremos a atenção, particularmente, para o segundo tipo de legitimidade, ou seja, o poder brotado da submissão ao "carisma" puramente pessoal do "chefe". Êsse tipo nos conduz, com efeito, à fonte de vocação, onde encontramos seus traços mais característicos. Se algumas pessoas se abandonam ao carisma do profeta, do chefe de tempo de guerra, do grande demagogo que opera no seio da *ecclesia* ou do Parlamento, quer isso dizer que êstes passam por estar interiormente "chamados" para o papel de condutores de homens e que a êle se dá obediência não por costume ou devido a uma lei, mas porque nêles se deposita fé. E, se êsses homens forem mais que presunçosos aproveitadores do momento, viverão para seu trabalho e procurarão realizar uma obra. A devoção de seus discípulos, dos seguidores, dos militantes orienta-se exclusivamente para a pessoa e para as qualidades do chefe. A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em tôdas as épocas. Revestiram, entretanto, o aspecto de duas figuras

essenciais: de uma parte, a do mágico e do profeta e, de outra parte, a do chefe escolhido para dirigir a guerra, do chefe de grupo, do *condottiere*. Próprio do Ocidente é entretanto — e isso nos interessa mais especialmente — a figura do livre "demagogo". Êste só triunfou no Ocidente, em meio às cidades independentes e, em especial, nas regiões de civilização mediterrânea. Em nossos dias, êsse tipo se apresenta sob o aspecto do "chefe de um partido parlamentar"; continua a só ser encontrado no Ocidente, que é o âmbito dos Estados constitucionais.

Êsse tipo de homem político "por vocação", no sentido próprio do têrmo, não constitui de maneira alguma, em país algum, a única figura determinante do empreendimento político e da luta pelo poder. O fator decisivo reside, antes, na natureza dos meios de que dispõem os homens políticos. De que modo conseguem as fôrças políticas dominantes afirmar sua autoridade? Essa indagação diz respeito a todos os tipos de dominação e vale, conseqüentemente, para tôdas as formas de dominação política, seja tradicionalista, legalista ou carismática.

Tôda emprêsa de dominação que reclame continuidade administrativa exige, de um lado, que a atividade dos súdidos se oriente em função da obediência devida aos senhores que pretendem ser os detentores da fôrça legítima e exige, de outro lado e em virtude daquela obediência, contrôle dos bens materiais que, em dado caso, se tornem necessários para aplicação da fôrça física. Dito em outras palavras a dominação organizada, necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão.

O estado-maior administrativo, que representa externamente a organização de dominação política, tal como aliás qualquer outra organização, não se inclina a obedecer ao detentor do poder em razão apenas das concepções de legitimidade acima discutidas. A obediência funda-se, antes, em duas espécieis de motivo que se relacionam a interêsses pessoais: retribuição material e prestígio social. De uma parte, a homenagem dos vassalos, a prebenda dos dignitários, os vencimentos dos atuais servidores públicos e, de outra parte, a honra do cavaleiro, os privilégios das ordens e a dignidade do servidor constituem a recompensa esperada; e o temor de perder o conjunto dessas vantagens é a razão decisiva da solidariedade que liga o estado-maior admi-

nistrativo aos detentores do poder. E o mesmo ocorre nos casos de dominação carismática: esta proporciona, aos soldados fiéis, a glória guerreira e as riquezas conquistadas e proporciona, aos seguidores do demagogo, os "despojos", isto é, a exploração dos administrados graças ao monopólio dos tributos, às pequenas vantagens da atividade política e às recompensas da vaidade.

Para assegurar estabilidade a uma dominação que se baseia na violência fazem-se necessários, tal como em uma emprêsa de caráter econômico, certos bens materiais. Dêsse ponto de vista, é possível classificar as administrações em duas categorias. A primeira obedece ao seguinte princípio: o estado-maior, os funcionários ou outros magistrados, de cuja obediência depende o detentor do poder, são, êles próprios, os proprietários dos instrumentos de gestão, instrumentos êsses que podem ser recursos financeiros, edifícios, material de guerra, parque de veículos, cavalos etc. A segunda categoria obedece a princípio oposto: o estado-maior é "privado" dos meios de gestão, no mesmo sentido em que, na época atual, o empregado e o proletário são "privados" dos meios materiais de produção numa emprêsa capitalista. É, pois, sempre importante indagar se o detentor do poder dirige e organiza a administração, delegando poder executivo a servidores ligados a sua pessoa, a empregados que admitiu ou a favoritos e familiares que não são proprietários, isto é, que não são possuidores de pleno direito dos meios de gestão ou se, pelo contrário, a administração está nas mãos de pessoas econômicamente independentes do poder. Essa diferença é ilustrada por qualquer das administrações conhecidas.

Daremos o nome de agrupamento organizado "segundo o princípio das ordens" ao agrupamento político no qual os meios materiais de gestão são, total ou parcialmente, propriedade do estado-maior administrativo. Na sociedade feudal, por exemplo, o vassalo pagava, com seus próprios recursos, as despesas de administração e de aplicação da justiça no território que lhe havia sido confiado e tinha a obrigação de equipar-se e aprovisionar-se, em caso de guerra. E da mesma forma procediam os vassalos que a êle estavam subordinados. Essa situação tinha alguns efeitos no que se refere ao exercício do poder pelo suzerano, de vez que o poder dêste fundava-se apenas no juramento pessoal de fidelidade e na circunstância de que a "legitimidade" da posse de um feudo e honra social do vassalo derivavam do suzerano.

Contudo, encontra-se também disseminado, mesmo entre as formações políticas mais antigas, o domínio pessoal do chefe. Busca êste transformar-se no dominador da administração entregando-a a súditos que a êle se ligam de maneira pessoal, a escravos, a servos, a protegidos, a favoritos ou a pessoas a quem êle assegura vantagens em dinheiro ou em espécie. O chefe enfrenta as despesas administrativas lançando mão de seus próprios bens ou distribuindo as rendas que seu patrimônio proporcione e cria um exército que depende exclusivamente de sua autoridade pessoal, pois que é equipado e suprido por suas colheitas, armazéns e arsenais. No primeiro caso, no caso de um agrupamento estruturado em "Estados", o soberano só consegue governar com o auxílio de uma aristocracia independente e, em razão disso, com ela partilha do poder. No segundo caso, o governante busca apoio em pessoas dêle diretamente dependentes ou em plebeus, isto é, em camadas sociais desprovidas de fortuna e de honra social própria. Conseqüentemente, êstes últimos, do ponto de vista material, dependem inteiramente do chefe e, principalmente, não encontram apoio em nenhuma outra espécie de poder capaz de contrapor-se ao do soberano. Todos os tipos de poder patriarcal e patrimonial, bem como o despotismo de um sultão e os Estados de estrutura burocrática filiam-se a essa última espécie — e insisto muito particularmente no Estado burocrático por ser êle o que melhor caracteriza o desenvolvimento racional do Estado moderno.

De modo geral, o desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os podêres "privados" independentes que, a par do seu, detêm fôrça administrativa, isto é, todos os proprietários de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de caráter político. Êsse processo se desenvolve em paralelo perfeito com o desenvolvimento da emprêsa capitalista que domina, a pouco e pouco, os produtores independentes. E nota-se enfim que, no Estado moderno, o poder que dispõe da totalidade dos meios políticos de gestão tende a reunir-se sob mão única. Funcionário algum permanece como proprietário pes-

soal do dinheiro que êle manipula ou dos edifícios, reservas e máquinas de guerra que êle controla. O Estado moderno — e isto é de importância no plano dos conceitos — conseguiu, portanto, e de maneira integral, "privar" a direção administrativa, os funcionários e trabalhadores burocráticos de quaisquer meios de gestão. Nota-se, a essa altura, o surgimento de um processo inédito, que se desenrola a nossos olhos e que ameaça expropriar do expropriador os meios políticos de que êle dispõe e o seu poder político. Tal é, ao menos aparentemente, a conseqüência da revolução (alemã de 1918), na medida em que novos chefes substituíram as autoridades estabelecidas, em que se apossaram, por usurpação ou eleição, do poder que controla o conjunto administrativo e de bens materiais e na medida em que fazem derivar — pouco importa com que direito — a legitimidade de seu poder da vontade dos governados. Cabe, entretanto, indagar se êsse primeiro êxito — ao menos aparente — permitirá que a revolução alcance o domínio do aparelho econômico do capitalismo, cuja atividade se orienta, essencialmente, de conformidade com leis inteiramente diversas das que regem a administração política. Tendo em vista meu objetivo, limitar-me-ei a registrar esta constatação de ordem puramente conceitual: o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo êsse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos "Estados" dispunham outrora, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no tôpo da hierarquia.

Sem embargo, ao longo dêsse processo de expropriação que se desenvolveu, com êxito maior ou menor, em todos os países do globo, nota-se o aparecimento de uma nova espécie de "políticos profissionais". Trata-se, no caso, de uma categoria nova, que permite definir o segundo sentido dessa expressão. Vemo-los, de início, colocarem-se a serviço dos príncipes. Não tinham a ambição dos chefes carismáticos e não buscavam transformar-se em senhores, mas empenhavam-se na luta política para se colocarem à disposição de um príncipe, na gestão de cujos interêsses políticos encontravam ganha-pão e conteúdo moral para

suas vidas. Uma vez mais, é só no Ocidente que encontramos essa categoria nova de políticos profissionais a serviço de podêres outros que não o dos príncipes. Não obstante, foram êles, em tempos passados, o instrumento mais importante do poder dos príncipes e da expropriação política que, em benefício dêstes, se processava.

Antes de entrar em pormenores, tentemos compreender claramente, sem equívocos e sob todos os aspectos, a significação do aparecimento dessa nova espécie de "homens políticos profissionais". São possíveis múltiplas formas de dedicação à política — e é o mesmo dizer que é possível, de muitas maneiras, exercer influência sôbre a divisão do poder entre formações políticas diversas ou no interior de cada qual delas. Pode-se exercitar a política de maneira "ocasional", mas é igualmente possível transformar a política em profissão secundária ou em profissão principal, exatamente como ocorre na esfera da atividade econômica. Todos exercitamos "ocasionalmente" a política ao introduzirmos nosso voto em uma urna ou ao exprimirmos nossa vontade de maneira semelhante, como, por exemplo, manifestando desaprovação ou acôrdo no curso de uma reunião "política", pronunciando um discurso "político" etc. Aliás, para numerosas pessoas, o contacto com a política se reduz a êsse gênero de manifestações. Outros fazem da atividade política a profissão "secundária". Tal é o caso de todos aquêles que desempenham o papel de homens de confiança ou de membros dos partidos políticos e que, via de regra, só agem assim em caso de necessidade, sem disso fazerem "vida", nem no sentido material, nem no sentido moral. Tal é também o caso dos integrantes de conselhos de Estado ou de outros órgãos consultivos, que só exercem atividades quando provocados. Tal é, ainda, o caso de numerosíssimos parlamentares que só exercem atividade política durante o período de sessões. Êsse tipo de homem político era comum outrora, na estruturação por "ordens", própria do antigo regime. Por meio da palavra "ordens", indicamos os que, por direito pessoal, eram proprietários dos meios materiais de gestão, fôssem de caráter administrativo ou militar, ou os beneficiários de privilégios pessoais. Ora, grande parte dos membros dessas "ordens" estava longe de consagrar totalmente, ou mesmo precìpuamente, a vida à política; à política só se dedicavam ocasionalmente. Não encaravam suas prerrogativas senão

como forma de assegurar rendas ou vantagem pessoal. No interior de seus próprios agrupamentos, só desenvolviam atividade política nas ocasiões em que seus suzeranos ou seus pares lhes dirigiam solicitação expressa. E o mesmo se dava com relação a uma importante fração das fôrças auxiliares que o príncipe colocava a seu serviço, para transformá-la em instrumento na luta que êle travava com o fito de constituir uma organização política a êle pessoalmente devotada. Os "conselheiros privados" integravam-se a essa categoria, bem como a ela também se integrava, remontando no tempo, grande parte dos conselheiros que se assentavam nas *curias* ou em outros órgãos consultivos a serviço do príncipe. Evidentemente, entretanto, êsses auxiliares que só ocasionalmente se dedicavam à política ou que nela viam tão-sòmente uma atividade secundária estavam longe de bastar ao príncipe. Não lhe restava, portanto, outra alternativa senão a de buscar rodear-se de um corpo de colaboradores inteira e exclusivamente dedicados à sua pessoa e que fizessem da atividade política sua principal ocupação. Naturalmente que a estrutura da organização política da dinastia nascente, assim como a fisionomia da civilização examinada, dependerá muito, em todos os casos, da camada social onde o príncipe vá recrutar seus agentes. E o mesmo cabe dizer, com mais forte razão, dos agrupamentos políticos que, após a abolição completa ou a limitação considerável de poder senhorial se constituam politicamente em comunas "livres" — livres não no sentido de fuga ao domínio através de recursos à violência, mas no sentido de ausência de um poder senhorial ligitimado pela tradição e, muito freqüentemente, consagrado pela religião e considerado como fonte única de qualquer autoridade. Històricamente, essas comunas só se desenvolveram no mundo ocidental, sob a forma primitiva da cidade erigida em agrupamento político, tal como a vemos surgir, pela primeira vez, no âmbito da civilização mediterrânea.

★

Há duas maneiras de fazer política. Ou se vive "para" a política ou se vive "da" política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática. Quem vive "para" a política a transforma, no sentido

mais profundo do têrmo, em "fim de sua vida", seja porque encontra forma de gôzo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma "causa" que dá significação a sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. Nossa distinção assenta-se, portanto, num aspecto extremamente importante da condição do homem político, ou seja, o aspecto econômico. Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que "vive da política" e diremos, no caso contrário que "vive para a política". Sob regime que se funde na propriedade privada, é necessário que se reúnam certas condições, que os senhores poderão considerar triviais, para que, no sentido mencionado, um homem possa viver "para" a política. O homem político deve, em condições normais, ser econômicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar. Quer isso dizer que lhe é indispensável possuir fortuna pessoal ou ter, no âmbito da vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes. Assim deve ser, pelo menos em condições normais, pois que os seguidores do chefe guerreiro dão tão pouca importância às condições de uma economia normal quanto os companheiros do agitador revolucionário. Em ambos os casos, vive-se apenas da prêsa, dos roubos, dos confiscos, do curso forçado de bônus de pagamento despidos de qualquer valor — pois que tudo isso é, no fundo, a mesma coisa. Tais situações são, entretanto, necessàriamente excepcionais; na vida econômica de todos os dias, só a fortuna pessoal assegura independência econômica. O homem político deve, além disso, ser "econômicamente disponível", equivalendo a afirmação a dizer que êle não deve estar obrigado a consagrar tôda a sua capacidade de trabalho e de pensamento, constante e pessoalmente, à consecução da própria subsistência. Ora, em tal sentido, o mais "disponível" é o capitalista, pessoa que recebe rendas sem nenhum trabalho, seja porque, à semelhança dos grandes senhores de outrora ou dos grandes proprietários e da alta nobreza de hoje, êle as aufere da exploração imobiliária — na Antiguidade e na Idade Média, também os escravos e servos representavam fontes da renda —, seja porque as aufere em razão de títulos ou de outras fontes análogas. Nem o operário, nem muito menos — e isso deve ser particularmen-

te sublinhado — o moderno homem de negócios e, sobretudo, o grande homem de negócios são disponíveis no sentido mencionado. O homem de negócios está ligado a sua emprêsa e, portanto, não se encontra disponível e muito menos disponível está o que se dedica a atividades industriais do que o dedicado a atividades agrícolas, pois que êste é beneficiado pelo caráter sazonal da agricultura. Na maioria das vêzes, o homem de negócios tem dificuldade para deixar-se substituir, ainda que temporàriamente. O mesmo ocorre com relação ao médico, tanto menos disponível quanto mais eminente e mais consultado. Por motivos de pura técnica profissional, as dificuldades já se mostram menores no caso do advogado, o que explica a circunstância de êle ter desempenhado, como homem político profissional, papel incomparàvelmente maior e, com freqüência, preponderante. Não se faz necessário, entretanto, estender ainda mais esta casuística; mais conveniente é deixar claras algumas conseqüências do que se acabou de expor.

O fato de um Estado ou de um partido serem dirigidos por homens que, no sentido econômico da palavra, vivam exclusivamente para a política e não da política significa, necessàriamente, que as camadas dirigentes são recrutadas segundo critério "plutocrático". Fazendo essa asserção, não pretendemos, de maneira alguma, dizer que a direção plutocrática não busque tirar vantagem de sua situação dominante, com o objetivo de também viver "da" política, explorando essa posição em benefício de seus interêses econômicos. Claro que isso ocorre. Não há camadas dirigentes que não tenham sido levadas a essa exploração, de uma ou de outra maneira. Nossa asserção significa simplesmente que os homens políticos profissionais nem sempre se vêem compelidos a reclamar pagamento pelos serviços que em tal condição prestam, ao passo que o indivíduo desprovido de fortuna está sempre obrigado a tomar êsse aspecto em consideração. De outra parte, não é de nossa intenção insinuar que os homens políticos desprovidos de fortuna tenham como única preocupação, durante o curso da atividade política, obter, exclusivamente ou mesmo principalmente, vantagens econômicas e que êles não se preocupem ou não considerem, em primeiro lugar, a causa a que se dedicaram. Nenhuma afirmação seria mais falsa que a feita em tal sentido. Sabe-se, por experiência, que a preocupação com a "segurança" econômica é, com efeito — de

maneira consciente ou não — o ponto cardial na orientação da vida de um homem que já possui fortuna. O idealismo político, que não se detém diante de nenhuma consideração e de nenhum princípio, é praticado, se não exclusivamente, ao menos principalmente, por indivíduos que, em razão da pobreza, estão à margem das camadas sociais interessadas na manutenção de certa ordem econômica em sociedade determinada. É o que se nota especialmente em períodos excepcionais, revolucionários. Tudo que nos interessa realçar é entretanto o seguinte: o recrutamento não plutocrático do pessoal político, sejam chefes ou seguidores, envolve, necessàriamente, a condição de a organização política assegurar-lhe ganhos regulares e garantidos. Nunca existem, portanto, mais de duas possibilidades. Ou a atividade política se exerce "honorìficamente" e, nessa hipótese, sòmente pode ser exercida por pessoas que sejam, como se costuma dizer, "independentes", isto é, por pessoas que gozam de fortuna pessoal, traduzida, especialmente, em têrmos de rendimentos; ou as avenidas do poder são abertas a pessoas sem fortuna, caso em que a atividade política exige remuneração. O homem político profissional, que vive "da" política, pode ser um puro "beneficiário" ou um "funcionário" remunerado. Em outras palavras, êle receberá rendas, que são honorários ou emolumentos por serviços determinados — não passando a gorjeta de uma forma desnaturada, irregular e formalmente ilegal dessa espécie de renda — ou que assumem a forma de remuneração fixada em dinheiro ou espécie ou em ambos ao mesmo tempo. O político pode revestir, portanto, a figura de um "empreendedor", à maneira do *condottiere,* do meeiro ou do comprador de carga ou revestir o aspecto de *boss* norte-americano que encara suas despesas como investimentos de capital, que êle transforma em fonte de lucros, mercê da exploração de sua influência política; ou pode ocorrer que êle simplesmente receba uma remuneração fixa, tal como se dá com o redator ou secrétario de um partido, com o ministro ou funcionário político modernos. A compensação típica outrora outorgada pelos príncipes, pelos conquistadores vitoriosos ou pelos chefes de partido, quando triunfantes, consistia em feudos, doação de terras, prebendas de todo tipo e, com o desenvolvimento da economia financeira, traduziu-se, mais particularmente, em gratificações. Em nossos dias, são empregos de tôda espécie, em partidos, em

jornais, em cooperativas, em organizações de seguro social, em municipalidades ou na administração do Estado — distribuídos pelos chefes de partido a seus partidários, pelos bons e leais serviços prestados. As lutas partidárias não são, portanto, apenas lutas para consecução de metas objetivas, mas são, a par disso, e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos.

Na Alemanha, tôdas as lutas entre as tendências particularistas e as tendências centralistas giram, também e principalmente, em tôrno dêsse ponto. Que podêres irão controlar a distribuição de empregos — os de Berlim ou, ao contrário, os de Munich, de Karlsruhe ou de Dresde? Os partidos se irritam muito mais com arranhões ao direito de distribuição de empregos do que com desvios de programas. Na França, um movimento municipal, fundado nas fôrças respectivas dos partidos políticos, sempre foi considerado perturbação mais importante do que uma alteração no programa governamental e, com efeito, suscitava agitação maior no país, dado que, geralmente, o programa de govêrno tinha significação apenas verbal. Numerosos partidos políticos, notadamente nos Estados Unidos da América do Norte, transformaram-se, depois do desaparecimento das velhas divergências a propósito de interpretação da Constituição, em organizações que só se dedicam à caça aos empregos e que modificam seu programa concreto em função dos votos que haja por captar. Na Espanha, pelo menos até os últimos anos, os dois partidos se sucediam no poder, segundo um princípio de alternância consentida, sob a cobertura de eleições "pré-fabricadas" pelas altas direções, com o fim de permitir que os partidários dessas duas organizações se beneficiassem, alternadamente, das vantagens propiciadas pelos postos administrativos. Nos territórios das antigas colônias espanholas, as ditas "eleições" e as ditas "revoluções" não tiveram outro objetivo se não o de dispor da vasilha de manteiga de que os vencedores esperavam servir-se. Na Suíça, os partidos pacìficamente repartem entre si os empregos, segundo o princípio da distribuição proporcional. Aliás, mesmo na Alemanha, certos projetos de constituição ditos "revolucionários" como, por exemplo, o primeiro projeto elaborado em Baden, propõem estender o sistema suíço à distribuição dos cargos ministeriais e, conseqüentemente, consideram o Estado e os postos administrativos como instituições destinadas a simplesmente proporcionar prebendas. Foi especialmente o partido do Centro que se entusiasmou com projetos dêsse tipo e, em Baden, chegou a inscrever em seu programa a aplicação do princípio de distribuição proporcional de cargos segundo as confissões religiosas, sem se preocupar com a capacidade política dos futuros dirigentes. Tendência idêntica se manifestou em todos os demais partidos, com o aumento crescente do número de cargos administrativos que se deu em conseqüência da generalizada burocratização, mas também se deu por causa da ambição crescente de cidadãos atraídos por uma sinecura administrativa que, hoje em dia, se tornou espécie de seguro específico para o futuro. Dessa forma, aos olhos de seus aderentes, os partidos aparecem, cada vez mais, como uma espécie de trampolim que lhes permitirá atingir êste objetivo essencial: garantir o futuro.

A essa tendência opõe-se, entretanto, o desenvolvimento moderno da função pública que, em nossa época, exige um corpo de trabalhadores intelectuais especializados, altamente qualificados e que se preparam, ao longo de anos, para o desempenho de sua tarefa profissional, estando animados por um sentimento muito desenvolvido de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade. Se tal sentimento de honra não existisse entre os funcionários, estaríamos ameaçados por uma corrupção assustadora e não escaparíamos ao domínio dos filisteus. Estaria em grande perigo, ao mesmo tempo, o simples rendimento técnico do aparelhamento estatal, cuja importância econômica se acentua crescentemente e não deixará de crescer, sobretudo se consideradas as tendências atuais no sentido de socialização. Mesmo nos Estados Unidos da América do Norte, onde, em épocas passadas, se desconhecia a figura do funcionário de carreira e onde o diletantismo administrativo dos políticos deformados permitia que, em função do acaso de uma eleição presidencial, fôssem substituídas várias centenas de milhares de funcionários, mesmo nos Estados Unidos da América do Norte, repitamos, a antiga forma de recrutamento foi, de há muito, superada pela *Civil Service Reform*.

Na origem dessa evolução, encontram-se exigências imperiosas, de ordem técnica exclusiva. Na Europa, a função pública, organizada segundo o princípio da divisão do trabalho, desenvolveu-se progressivamente, ao longo de processo que se esten-

de por meio milhar de anos. As cidades e condados italianos foram os primeiros a tomarem por essa via; e, no caso das monarquias, êsse primeiro lugar foi tomado pelos Estados conquistadores normandos. O passo decisivo foi dado relativamente à gestão das *finanças* do príncipe. Os obstáculos surgidos quando das reformas administrativas levadas a efeito pelo Imperador Max permitem-nos compreender quanto foi difícil para os funcionários, mesmo sob pressão de necessidade extrema e sob ameaça turca, privar o soberano da gestão financeira, embora êsse campo seja, sem dúvida, o menos compatível com o diletantismo de um príncipe que, por aquela época, aparecia, ainda e antes de tudo, como um cavaleiro. Razão idêntica fazia com que o desenvolvimento da técnica militar impusesse a presença de um oficial de carreira e o aperfeiçoamento do processo judiciário reclamasse um jurista competente. Nesses três domínios — o financeiro, o do exército e o da justiça — os funcionários de carreira triunfaram definitivamente, nos Estados evoluídos, durante o século XVI. Dessa maneira, paralelamente ao fortalecimento do absolutismo do príncipe em relação às "ordens", ocorreu sua progressiva abdicação em favor dos funcionários que haviam, precisamente, auxiliado o príncipe a alcançar vitória sôbre as "ordens".

A par dessa ascensão de funcionários qualificados, era possível constatar — embora com transições menos claras — uma outra evolução envolvendo os "dirigentes políticos". Desde sempre e em todos os países do mundo, houve, evidentemente, conselheiros reais que gozaram de grande autoridade. No Oriente, a necessidade de reduzir tanto quanto possível a responsabilidade pessoal do sultão, com o fito de assegurar o êxito de seu reinado, conduziu à criação da figura típica do "grão-vizir". No Ocidente, ao tempo de Carlos V — que foi também o tempo de Maquiavel — a influência que, sôbre os círculos especializados da diplomacia, exerceu a leitura apaixonada dos relatórios de embaixadores transformou a atividade diplomática numa arte *de Connoisseurs*. Os aficcionados dessa nova arte, formados, em sua maioria, dentro dos quadros do humanismo, consideravam-se como uma categoria de especialistas, à semelhança dos letrados da China do baixo período, o período da divisão do país em Estados múltiplos. Foi, entretanto, a evolução dos regimes políticos no sentido do constitucionalismo o que permi-

tiu sentir, de maneira definitiva e urgente, uma orientação formalmente unificada do conjunto da política, inclusive a política interna, sob a égide de um só homem de Estado. Sempre houve, por certo, fortes personalidades que ocuparam a posição de conselheiros ou — em verdade — a de guia do príncipe. Não obstante, a organização dos podêres públicos havia, primitivamente, seguido via diversa daquela que acabamos de assinalar, tendo ocorrido êsse fato mesmo nos Estados mais evoluídos. Nota-se, com efeito e desde logo, a constituição de um corpo administrativo supremo, de caráter colegiado. Em teoria, embora com freqüência cada vez menor na prática, êsses organismos reuniam-se sob presidência pessoal do príncipe, único a tomar decisões. Através de tal sistema, que deu origem às propostas, contrapropostas e votos segundo o princípio da maioria e, a par disso, devido ao fato de que o soberano, além de recorrer às supremas instâncias oficiais, apelava a homens de confiança, a êle pessoalmente ligados — o "gabinete" —, por cujo intermédio tomava decisões em resposta às resoluções dos Conselhos de Estado ou de outros órgãos da mesma espécie (sem importar o nome que recebessem) — o príncipe, que se colocava cada vez mais na posição de um diletante, julgou poder escapar à importância inexoràvelmente crescente dos funcionários especializados e qualificados, retendo em suas mãos a direção mais alta. Percebe-se, por tôda parte, essa luta latente entre os funcionários especializados e a autocracia do príncipe.

Êsse estado de coisas só se alterou com o surgir dos parlamentos e das aspirações políticas dos chefes dos partidos parlamentares. Embora as condições dêsse nôvo desenvolvimento fôssem diferentes nos diferentes países, conduziram, não obstante, a um resultado aparentemente idêntico. Com algumas nuanças, é certo. Assim, em todos os lugares onde as dinastias conseguiram conservar um poder verdadeiro — na Alemanha, notadamente —, os interêsses do príncipe se aliaram aos dos funcionários, *contra* as pretensões do Parlamento e suas aspirações ao poder. Os funcionários tinham, com efeito, interêsse na possibilidade, aberta a alguns, de ascender a postos do executivo, inclusive os de ministro, que se transformavam, dêsse modo, em posição superior da carreira. De sua parte, o monarca tinha interêsse em poder nomear os ministros a seu bel-prazer e de escolhê-los entre os funcionários a êle devotados. E havia, enfim,

um interêsse comum dessas partes no assegurar unidade de direção política, vendo surgirem condições de enfrentar o Parlamento sem cisão interna: tinham essas partes interêsse, portanto, em substituir o sistema colegiado por um chefe de gabinete que exprimisse a unidade de vistas do ministério. Acrescente-se que, para manter-se ao abrigo das rivalidades entre partidos e dos eventuais ataques dêsses partidos, o monarca tinha necessidade de contar com um responsável único, em condições de lhe dar cobertura, isto é, com um homem que pudesse dar explicações aos parlamentares, opor-se aos projetos que êstes apresentassem ou negociar com os partidos. Todos êsses diversos interêsses agiram conjuntamente e num mesmo sentido, conduzindo à autoridade unificada de um ministro-funcionário. O proceso de desenvolvimento do poder parlamentar teve, contudo, conseqüências ainda maiores no sentido de unificação quando, como na Inglaterra, o Parlamento conseguiu sobrepor-se ao monarca. Em tal caso, o "gabinete", tendo à frente um dirigente parlamentar único, o "líder", assumiu a forma de uma comissão que se apoiava exclusivamente em seu próprio poder, detendo, no país, uma fôrça real, embora ignorada nas leis, a saber, a fôrça do partido político que, na ocasião, contava com maioria no Parlamento. Deixaram, portanto, os organismos colegiados oficiais de ser órgão do poder político dominante — que havia passado aos partidos — e, conseqüentemente, não podiam permanecer como reais detentores do govêrno. Para ter condições de afirmar sua autoridade interna e de orientar a política exterior, o partido dirigente necessitava, antes de tudo, de um órgão diretor composto ùnicamente pelos verdadeiros dirigentes do partido, a fim de estar em condições de manipular confidencialmente os negócios. Êsse órgão era, precisamente, o gabinete. Contudo, aos olhos do público e, em especial, aos olhos do público parlamentar, havia um chefe único responsável por tôdas as decisões: o chefe do gabinete. Sòmente nos Estados Unidos da América e nas democracias por êles influenciadas é que se adotou sistema totalmente diverso, consistente em colocar o chefe do partido vitorioso, eleito por sufrágio universal direto, à frente do conjunto de funcionários por êle nomeados, dependendo da autorização do Parlamento apenas em matéria de orçamento e de legislação.

A evolução, ao mesmo tempo em que transformava a política em uma "emprêsa", ia exigindo formação especial daqueles que participavam da luta pelo poder e que aplicavam os métodos políticos, tendo em vista os princípios do partido moderno. A evolução conduz, assim, a uma divisão dos funcionários em duas categorias: de um lado, os funcionários de carreira e, de outro, os funcionários "políticos". Não se trata, por certo, de uma distinção que faça estanques as duas categorias, mas ela é, não obstante, suficientemente nítida. Os funcionários "políticos", no sentido próprio do têrmo, são, regra geral, reconhecíveis externamente pela circunstância de que é possível deslocá-los à vontade ou, pelo menos "colocá-los em disponibilidade", tal como ocorre com os *préfets* em França ou com funcionários do mesmo tipo em outros países. Tal situação é radicalmente diversa da que têm os funcionários de carreira de magistratura, êstes "inamovíveis". Na Inglaterra, é possível incluir na categoria de funcionários políticos todos os que, por fôrça de convenção estabelecida, abandonam seus postos, quando tem lugar uma alteração da maioria parlamentar e, por conseqüência, uma reforma do gabinete. Assim ocorre, habitual e especialmente, em relação aos funcionários cuja incumbência é a de velar pela "administração interna", que é, essencialmente, "política", importando, antes de tudo, em manter a "ordem" no país e, portanto, em manter o existente equilíbrio de fôrças. Na Prússia, após o ordenamento de Puttkamer, os funcionários, sob pena de serem chamados à ordem, eram obrigados a "tomar a defesa da política do govêrno" e, à semelhança dos *préfets* em França eram utilizados como instrumento oficial para influenciar as eleições. No sistema alemão, contudo — contràriamente ao que se dá em outros países — a maioria dos funcionários "políticos" ficava submetida a uma regra que se aplicava ao conjunto de funcionários, ou seja a de que o acesso às funções administrativas está sempre ligado a diplomas universitários, a exames profissionais e a estágio preparatório. Essa característica específica dos funcionários modernos não tem vigência, na Alemanha, no que se refere aos chefes da organização política, isto é, aos ministros. Sob o regime antigo, já era possível, na Prússia, que alguém se tornasse ministro dos cultos ou da instrução, sem ter jamais freqüentado um estabelecimento de ensino superior, ao

passo que, em princípio, a posição de conselheiro especial * só estava aberta a quem houvesse obtido aprovação nos exames prescritos. Um chefe de divisão administrativa ministerial ou conselheiro especial estavam, portanto e naturalmente — ao tempo em que Althoff ocupava a pasta da Educação na Prússia — muito mais bem informados do que os chefes de Departamento acêrca dos problemas técnicos concretos, afetos a êsse departamento. E não era diferente o estado de coisas na Inglaterra. Tal a razão por que o funcionário especializado é a mais poderosa personagem no que diz respeito aos trabalhos em curso. Em verdade, uma situação dessas nada tem, por si mesma, de absurda. O ministro é, acima de tudo, o representante da constelação política instalada no poder; cabe-lhe, portanto, pôr em prática o programa da constelação de que faz parte, julgando, em função de tal programa, as propostas que lhe são oferecidas pelos funcionários especializados ou dando a seus subordinados as diretrizes políticas conformes à linha de seu partido.

Numa emprêsa privada, tudo se passa de maneira semelhante. O verdadeiro soberano, ou seja, a assembléia de acionistas está, numa emprêsa privada, tão desprovida de influências sôbre a gestão dos negócios quanto um "povo" dirigido por funcionários especializados. As pessoas que têm poder de decisão no que se refere à política da emprêsa, isto é, os membros do "conselho de administração", dominadas pelos bancos, não fazem mais que traçar as diretivas econômicas e designar quem seja competente para dirigir a emprêsa, pois que elas próprias não têm aptidão para geri-la tècnicamente. Dêsse ponto de vista, é evidente que não constitui novidade alguma a estrutura atual do Estado revolucionário, que entrega a direção administrativa a verdadeiros diletantes, apenas porque êstes dispõem de metralhadoras, e que não vê nos funcionários especializados mais que simples agentes executivos. Não é, portanto, por êsse lado, mas por outro que se impõe buscar as causas das dificuldades enfrentadas pelo sistema atual. Não temos intenção, entretanto, de abordar êsse problema em nossa palestra de hoje.

★

* No original *Vortragender Rat*, alto funcionário ministerial encarregado da apresentação periódica de relatórios acêrca das atividades do órgão em que servia.

Convém, agora, dirigir nossa atenção para os traços particulares dos políticos profissionais, tanto os que detêm posição de chefia, quanto seus seguidores. Aquêles traços se têm alterado com o decurso do tempo e, ainda hoje, apresentam matizes variados.

Como já fizemos notar, os "políticos profissionais" surgiram, outrora, da luta que opunha o príncipe às "ordens" e logo se colocaram a serviço do primeiro. Examinemos, brevemente, os principais tipos.

Para lutar contra as ordens, o príncipe buscou apoio nas camadas sociais politicamente disponíveis e não comprometidas com as mesmas ordens. A essa categoria pertenciam, em primeiro lugar, os clérigos, tanto nas Índias orientais como nas ocidentais, na China e Japão, na Mongólia dos Lamas e nos países cristãos da Idade Média. Havia, para isso, uma razão técnica: tratava-se de pessoas que sabiam escrever. Recorreu-se aos brâmanes, aos sacerdotes budistas, aos Lamas ou aos bispos e sacerdotes, porque nêles se encontrava um pessoal administrativo potencial capaz de expressar-se por escrito e suscetível de ser utilizado pelo imperador, pelos príncipes ou pelo *khan* na luta que travavam contra a aristocracia. O sacerdote, e muito particularmente o sacerdote celibatário, colocava-se à margem da agitação provocada pelo choque de interêsses políticos e econômicos próprios da época e, sobretudo, não estava tentado, como o vassalo, a conquistar, em detrimento de seu senhor e no interêsse de seus descendentes, poder político próprio. Por sua condição social, o sacerdote estava "privado" dos meios de gestão, dentro do sistema administrativo do príncipe.

A segunda categoria veio a ser constituída pelos letrados com formação humanística. Foi um tempo em que, para aspirar à posição de conselheiro do príncipe e, em especial, de historiógrafo do príncipe, aprendia-se a fazer discursos em latim e poesias em grego. Foi a época de floração inicial das escolas humanísticas e da fundação, pelos reis, das cátedras de "poética": época ràpidamente ultrapassada entre nós. Teve, sem dúvida influência duradoura sôbre nosso sistema escolar, mas, em verdade, não deu lugar a conseqüências significativas no campo da política. Coisa diversa, entretanto, ocorreu no Extremo-Oriente. O mandarim chinês é, ou melhor, foi, em sua origem,

muito semelhante ao humanista da Renascença, isto é, um letrado com educação humanista recebida ao contacto com monumentos lingüísticos do passado remoto. Quem ler o diário de Li Houng-Tchang verificará que êle tinha como orgulho maior o ser autor de poesias e excelente calígrafo. Essa camada social dos mandarins, nutrida pelas convenções estabelecidas segundo o modêlo da antiguidade chinesa, foi a determinante de todo o destino da China. Nosso destino teria podido ser o mesmo, se nossos humanistas tivessem tido, em sua época, a possibilidade de se imporem com o mesmo êxito.

A terceira categoria era constituída pela nobreza da côrte. Após ter conseguido retirar da nobreza o poder político que ela detinha enquanto ordem, os soberanos a atraíram para a côrte e lhe atribuíram funções políticas e diplomáticas. A transformação sofrida por nosso sistema educacional, durante o século XVII, foi, em parte, determinada pela circunstância de que os letrados humanistas cederam a políticos profissionais recrutados na côrte a posição que ocupavam junto aos príncipes.

A quarta categoria é composta por uma figura tìpicamente inglêsa: o patriciado, que compreendia a pequena nobreza e os rendeiros das aldeias, o que se designa pelo têrmo técnico de *gentry*. De início, o soberano, para lutar contra os barões, havia atraído êsse patriciado e lhe havia confiado posições de *self-government*, mas, com o correr do tempo, viu-se êle próprio na dependência dessa camada social ascendente. O patriciado conservou todos os postos da administração local, assumindo, gratuitamente, todos os encargos, tendo em vista o interêsse de seu poder social. E, assim preservou a Inglaterra da burocratização, que foi o destino de todos os países da Europa continental.

A quinta categoria, a dos juristas formados em universidades, constitui um tipo ocidental peculiar, e peculiar, antes de tudo, ao continente europeu, de que determinou, de maneira dominante, tôda a estrutura política. A formidável influência póstuma do direito romano, sob a forma que havia assumido no Estado romano burocratizado da decadência, não transparece, em nenhuma outra parte, mais claramente do que no fato seguinte: a revolução da coisa pública, entendida essa expressão em têrmos de progressão no sentido de uma forma estatal racional foi,

em todos os lugares, obra de juristas esclarecidos. Pode-se constatá-lo até mesmo na Inglaterra, embora as grandes corporações nacionais de juristas hajam, ali, combatido a difusão do direito romano. Em nenhuma outra parte do mundo se encontra qualquer analogia com êsse fenômeno. Os ensaios de pensamento jurídico racional levados a efeito pela escola hindu de Mimansa e os esforços dos pensadores islamitas para promover o progresso do pensamento jurídico antigo não puderam impedir a contaminação dêsse pensamento jurídico racional por formas teológicas de pensamento. Nenhuma dessas duas correntes foi capaz de racionalizar de maneira completa o procedimento legal. Para levar a bom têrmo êsse propósito, foi necessário estabelecer contacto com a antiga jurisprudência dos romanos que, tal como é sabido, resultou de uma estrutura política absolutamente singular, pois que se elevou de cidade-Estado à categoria de império mundial. A obra foi primeiramente empreendida pelos juristas italianos, importando citar, a seguir, o *Usus modernus* dos pandectistas, os canonistas da alta Idade Média e, por fim, as teorias do direito natural elaboradas pelo pensamento jurídico cristão, que, depois, se secularizaram. Os grandes representantes dêsse racionalismo jurídico foram a *podesta* italiana, os legistas franceses (que encontraram meios legais para solapar o poder dos senhores em benefício do poder dos reis), os canonistas e os teólogos que professaram as teorias do direito natural nos concílios, os juristas de côrte e os hábeis juízes dos príncipes do continente, os teóricos do direito natural na Holanda e os monarcômacos, os juristas inglêses da Coroa e do Parlamento, a *noblesse de robe* do Parlamento de Paris e, enfim, os advogados da Revolução Francesa. Sem êsse racionalismo jurídico, não se poderia compreender o surgimento do absolutismo real, nem a grande Revolução. Quem percorra os registros do Parlamento de Paris ou os anais dos Estados Gerais franceses, desde o século XVI até 1789, aí encontrará presente o espírito dos juristas. E quem passar em revista as profissões dos membros da Convenção, quando da Revolução, encontrará um único proletário — embora escolhido segundo a mesma lei eleitoral aplicável a seus colegas — e um número reduzidíssimo de empreendedores burgueses. Em oposição a isso, encontrará numerosos juristas de tôdas as orientações, sem os quais seria absolutamente impossível compreender a mentalidade radical dêsses

intelectuais ou os projetos por êles apresentados. Desde essa época, o advogado moderno e a democracia estão ligados. Por outro lado, só no Ocidente é que se encontra a figura do advogado no sentido específico de uma camada social independente e isso desde a Idade Média, quando êles se multiplicaram a partir do "intercessor"(*Fursprech*) do processo germânico, sob influência de uma racionalização de procedimentos.

Nada tem de fortuito a importância dos advogados na política ocidental, após a aparição dos partidos políticos. A emprêsa política dirigida por partidos não passa, em verdade, de uma emprêsa de interêsses — e logo veremos o que essa asserção pretende significar. Ora, a função do advogado especializado consiste exatamente em defesa dos interêsses daqueles que o procuram. Em tal domínio — e tal é a conclusão que se pode retirar da superioridade da propaganda inimiga — o advogado sobrepuja qualquer "funcionário". Sem dúvida alguma, êle pode fazer triunfar, isto é, pode "ganhar" tècnicamente uma causa cujos argumentos têm fraca base lógica e que é, em conseqüência, lògicamente "má", porém é também o único a ter condições de fazer triunfar, isto é, de "ganhar" uma causa que se funda em argumentos sólidos e que é, portanto, "boa", em tal sentido. Acontece infelizmente e com freqüência demasiada que o funcionário, enquanto homem político, faça de uma "boa" causa, do ponto de vista dos argumentos, uma causa "má", em razão de erros técnicos. Temos experiência disso. Em medida cada vez maior, a política se faz, hoje, em público e se faz, portanto, com a utilização dêsses instrumentos que são a palavra falada e escrita. Pois bem, pesar o efeito das palavras é algo que se põe como parte relevante da atividade do advogado, mas não como parte da atividade de um funcionário especializado que não é demagogo e que, por definição, não o pode ser. Se êle, por infelicidade, tentar desempenhar êsse papel, só poderá fazê-lo de maneira canhestra.

O verdadeiro funcionário — e essa observação é decisiva para julgamento de nosso antigo regime — não deve fazer política exatamente devido a sua vocação: deve administrar, antes de tudo, de forma não partidária. Êsse imperativo aplica-se igualmente aos ditos funcionários "políticos", ao menos oficialmente e na medida em que a "razão de Estado", isto é, os interêsses vitais de ordem estabelecida não estão em jôgo. Êle deve desempenhar sua missão *sine ira et studio*, "sem ressentimentos e sem preconceitos". Não deve, em conseqüência, fazer o que o homem político, seja o chefe, sejam seguidores, está compelido a fazer incessante e necessàriamente, isto é, *combater*. Com efeito, tomar partido, lutar, apaixonar-se — *ira et studio* — são as características do homem político. E, antes de tudo, do chefe político. A atividade dêste último está subordinada a um princípio de responsabilidade totalmente estranho, e mesmo oposto, ao que norteia o funcionário. A honra do funcionário reside em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior, ainda que — desprezando a advertência — ela se obstine a seguir uma falsa via. O funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas próprias convicções. Sem essa disciplina moral, no mais elevado sentido do têrmo, e sem essa abnegação, tôda a organização ruiria. A honra do chefe político, ao contrário, consiste justamente na *responsabilidade pessoal* exclusiva por tudo quanto faz, responsabilidade que êle não pode rejeitar, nem delegar. Ora, os funcionários que têm visão moralmente elevada de suas funções são, necessàriamente, maus políticos: não se dispõem com efeito, a assumir responsabilidades no sentido político do têrmo e, dêsse ponto de vista, são, conseqüentemente, políticos moralmente inferiores. Infelizmente, êsse tipo de funcionário ocupa, na Alemanha, postos de direção. É a isso que damos o nome de "regime dos funcionários". Não é ferir a honra da função pública alemã pôr em evidência o que há de polìticamente falso no sistema, visto do ângulo da eficácia política. Voltemos, porém, aos tipos de figura política.

*

Desde que existem os Estados constitucionais e mesmo desde que existem as democracias, o "demagogo" tem sido o chefe político típico do Ocidente. O gôsto desagradável que em nós provoca essa palavra não nos deve levar a esquecer que foi Péricles e não Cléon o primeiro que a mereceu. Não tendo função alguma, ou melhor: ocupando a única função eletiva existente, a de estratega superior — enquanto que todos os outros postos na democracia antiga eram atribuídos por sor-

teio —, êle dirigia a eclesia soberana do demos ateniense. Certo é que a demagogia moderna faz uso do discurso — e numa proporção perturbadora, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno está obrigado a pronunciar —, mas faz uso ainda maior da palavra impressa. Por tal motivo é que o publicista político e, muito particularmente, o *jornalista* são, em nossa época, os mais notáveis representantes da demagogia.

No quadro desta conferência, não nos é possível traçar nem mesmo um simples esbôço da sociologia do moderno jornalismo. Êsse problema constitui, de todos os pontos de vista, um capítulo à parte. Contentar-nos-emos com algumas observações, que são importantes para o assunto de que nos ocupamos. O jornalista participa da condição de todos os demagogos, assim como — ao menos no que se refere à Europa continental e em oposição ao que se passa na Inglaterra e, outrora, ocorria na Prússia — o advogado (e o artista): escapa a qualquer classificação social precisa. Pertence a uma espécie de classe de párias que a "sociedade" sempre julga em função de seus representantes mais indignos sob o ponto de vista da moralidade. Daí a razão por que se veiculam as idéias mais estranhas a respeito dos jornalistas e do trabalho que executam. Não obstante, a maior parte das pessoas ignora que um "trabalho" jornalístico realmente bom exige pelo menos tanta "inteligência" quanto qualquer outro trabalho intelectual e, com freqüência, se esquece tratar-se de tarefa a executar de imediato e sob comando, tarefa à qual impõe-se empregar imediata eficácia, em condições de criação inteiramente diversas das enfrentadas por outros intelectuais. Muito raramente se considera que a responsabilidade do jornalista é bem maior que a do cientista, não sendo o sentimento de responsabilidade de um jornalista honrado em nada inferior ao de qualquer outro intelectual — e cabe mesmo dizer que seja superior, quando se têm em conta as constatações que foi possível fazer durante a última guerra. O descrédito em que tombou o jornalismo explica-se pelo fato de havermos guardado na memória os abusos de jornalistas despidos de senso de responsabilidade e que exerceram, freqüentemente, influência deplorável. Ninguém se inclina, entretanto, a admitir que a discrição do jornalista seja, em geral, superior à de outras pessoas. O ponto é inegável. As tentações incomparàvelmente mais fortes, que se ligam ao exercício dessa profissão, bem como

outras condições que rodeiam a atividade jornalística implicam em certas conseqüências que habituaram o público a ver o jornal com um misto de desdém e de piedosa covardia. Não nos é dado examinar, esta noite, o que seria de conveniência fazer em tal circunstância. O que nos interessa, no momento, é o problema do destino *político* reservado aos jornalistas: quais as possibilidades que a êles se abrem de ascender a postos de direção política? Até agora, as oportunidades só lhes foram favoráveis no partido social-democrata e, mesmo dentro dessa organização, os postos de redator davam, em geral, a simples condição de funcionário, não se constituindo em trampolim para acesso a uma posição de dirigente.

Nos partidos burgueses, as possibilidades de chegar ao poder político através do jornalismo diminuíram, de modo geral, se as comparamos com as que vigiam na geração anterior. Naturalmente que todo político de alguma importância tinha necessidade de contar com a imprensa e, conseqüentemente, necessitava cultivar relações no meio jornalístico. Era, entretanto, inteiramente excepcional — contrariava qualquer expectativa — ver chefes políticos aflorarem a partir do jornalismo. A razão dêsse fato deve ser procurada na "não-disponibilidade" que se faz notar fortemente no campo do jornalismo, sobretudo quando o jornalista não dispõe de fortuna pessoal e, por tal circunstância, tem os recursos limitados que a profissão lhe assegura. Essa dependência é conseqüência do desenvolvimento enorme que, em vulto e poder, teve a emprêsa jornalística. A necessidade de ganhar a vida redigindo um artigo diário ou, pelo menos, semanal constitui espécie de cadeia prêsa ao pé do jornalista e conheço alguns dêles que, embora possuíssem o temperamento de um chefe, viram-se contìnuamente paralisados, material e moralmente, em sua ascensão para o poder. Certo é que, sob o antigo regime, as relações da imprensa com os podêres dominantes no Estado e com os partidos foram prejudiciais, ao máximo, para o nível do jornalismo, mas isso constitui capítulo à parte. Essas relações haviam tomado feição inteiramente diversa nos países inimigos da Alemanha (Aliados). Contudo, mesmo ali e, em geral, em todos os Estados modernos, pode-se constatar, ao que parece, a vigência da seguinte regra: o trabalhador da imprensa perde, cada vez mais, influência política, enquanto que o magnata capitalista — do tipo de Lorde

Northcliffe, por exemplo — vê, contìnuamente, aumentada essa influência.

Os grandes consórcios capitalistas de imprensa que, na Alemanha, se haviam apossado dos jornais que publicam "anúncios populares" foram, até o momento e via de regra, os típicos propagadores da indiferença política. Havia-se tomado consciência de que, obstinando-se no seguir êsse caminho, não se tiraria qualquer vantagem de uma política independente, não havendo esperança alguma de poder contar com a benevolência, comercialmente útil, das fôrças que se encontravam no poder. O sistema dos comunicados foi algo a que o govêrno recorreu largamente, durante a última guerra, para tentar exercer influência política sôbre a imprensa e parece que há, no momento, tendência de perseverar nessa trilha. Se é de esperar que a grande imprensa possa subtrair-se a êsse tipo de informação, o mesmo não se dará com os pequenos jornais, cuja situação geral é muito mais delicada. Seja como fôr, a carreira jornalística não é na ocasião presente, entre nós, via normal para alcançar a posição de chefe político (o futuro nos dirá se não o é mais ou se não o é ainda), a despeito dos atrativos de que ela se possa revestir e do campo de influência, de ação e de responsabilidade que possa abrir para os que desejem a ela dedicar-se. É difícil dizer se o abandono do princípio do anonimato, preconizado por muitos jornalistas — não por todos, é certo — será suscetível de alterar a situação. A experiência que foi possível fazer na imprensa alemã, durante a guerra, com relação a jornais que haviam confiado os postos de redator-chefe a intelectuais de grande personalidade, que utilizavam explìcitamente o próprio nome, mostrou, infelizmente, que, em alguns casos notórios, o método não é tão bom quanto se poderia crer, para inculcar elevado sentido de responsabilidade. Foram — sem distinção de partidos — as chamadas fôlhas de informação, sem dúvida as mais comprometidas, que se esforçaram para, afastando o anonimato, aumentar a' tiragem, no que se viram muito bem sucedidas. As pessoas envolvidas, tanto os diretores dessas publicações como os jornalistas do sensacionalismo, ganharam com isso uma fortuna, mas nada se ganhou no capítulo da honra jornalística. Não quer isso dizer que se deva rejeitar o princípio da assinatura dos artigos; o problema é, em verdade, assaz complexo e o fenômeno que mencionamos não tem qual-

quer significação de caráter geral. Constato simplesmente que essa prática não se revelou, até o presente, meio adequado para formar chefes verdadeiros e políticos que tenham senso de responsabilidade. O futuro nos dirá do evoluir de tal situação. De qualquer modo, a carreira jornalística permanecerá como uma das vias mais importantes de atividade política profissional. Não se constitui, entretanto, em caminho aberto a todos. Não está aberto, sobretudo, para os caracteres fracos e, menos ainda, para os que só se podem realizar em situação social isenta de tensões. Se a vida do jovem intelectual está exposta ao acaso, permanece, contudo, rodeada de certas convenções sociais sólidas, que a protegem contra os passos em falso. A vida do jornalista, entretanto, está entregue, sob todos os pontos de vista, ao puro azar e em condições que o põem à prova de maneira que não encontra paralelo em nenhuma outra profissão. As experiências freqüentemente amargas da vida profissional correspondem, talvez, ao aspecto menos penoso dessa atividade. São exatamente os jornalistas de grande notoriedade que se vêem compelidos a enfrentar exigências particularmente cruéis. É de mencionar, por exemplo, a circunstância de freqüentar os salões dos poderosos da Terra, aparentemente em pé de igualdade, vendo-se, em geral e mesmo com freqüência, adulado, porque temido, tendo, ao mesmo tempo, consciência perfeita de que, abandonada a sala, o anfitrião sentir-se-á, talvez, obrigado a se justificar diante dos demais convidados por haver feito comparecer êsses "lixeiros da imprensa". De mencionar também é o fato de se ver obrigado a manifestar prontamente e, a par disso, com convicção, pontos de vista sôbre todos os assuntos que o "mercado" reclama e sôbre todos os problemas possíveis e tudo isso não apenas sem cair na vulgaridade e sem perder a própria dignidade desnudando-se, o que teria as mais impiedosas conseqüências. Em circunstâncias tais, não é de qualquer modo surpreendente que numerosos jornalistas se hajam degradado, decaindo sob o ponto de vista humano, mas surpreendente é que, a despeito de tôdas as dificuldades, a corporação inclua tão grande número de homens de autêntico valor e mesmo uma proporção de jornalistas honestos mais elevada do que o supõem os profanos.

Se o jornalista é um tipo de homem político profissional que, sob certo aspecto, já tem longo passado atrás de si, a fi-

gura do funcionário de um partido político, ao contrário, só apareceu no curso das últimas décadas e, em parte, no curso dos últimos anos. Para compreender o processo de desenvolvimento histórico dêsse nôvo tipo de homem, faz-se necessário examinar, preliminarmente, a vida e a organização dos partidos políticos.

★

Em todos os lugares — à exceção dos pequenos cantões rurais em que os detentores do poder são periòdicamente eleitos — a emprêsa política se põe, necessàriamente como emprêsa de interêsses. Quer isso dizer que um número relativamente restrito de homens interessados pela vida política e desejosos de participar do poder aliciam seguidores, apresentam-se como candidato ou apresentam a candidatura de protegidos seus, reúnem os meios financeiros necessários e se põem à caça de sufrágios. Sem essa organização, não há como estruturar pràticamente as eleições em grupos políticos amplos. Equivalem essas palavras a afirmar que, na prática, os cidadãos com o direito a voto dividem-se em elementos polìticamente ativos e em elementos polìticamente passivos. Como essa distinção tem por base a livre decisão de cada um, não é possível suprimi-la, a despeito de tôdas as medidas de ordem geral que se possam sugerir, tais como o voto obrigatório, a "representação das profissões" ou qualquer outro meio destinado, formal ou efetivamente, a fazer desaparecer a diferença e, por êsse meio, o domínio dos políticos profissionais. A existência de chefes e seguidores que, enquanto elementos ativos, buscam recrutar, livremente, militantes e, por outro lado, a existência de um corpo eleitoral passivo constituem condições indispensáveis à existência de qualquer partido político. A estrutura mesma dos partidos pode, entretanto, variar. Os "partidos" das cidades medievais, como, por exemplo, o dos guelfos e dos gibelinos, compunham-se exclusivamente de seguidores pessoais. Se considerarmos o *Statuto della parte Guelfa,* se nos recordarmos de certas disposições como a relativa ao confisco dos bens dos *Nobili* — famílias onde havia a condição de cavaleiros e que podiam, conseqüentemente, tornar-se proprietárias de um feudo — ou se lembrarmos a supressão do direito de exercer determinada função ou a privação do direito de voto que podia atingir membros dessas famílias ou, enfim, se considerarmos a estrutura

das comissões inter-regionais dêsse partido, a severa organização militar a que obedeciam e as vantagens que concediam aos delatores, não poderemos impedir-nos de pensar no boichevismo, em sua organização militar e — sobretudo na Rússia — em suas organizações de informação, na desmoralização e denegação de direitos políticos aos "burgueses", isto é, empreendedores, comerciantes, clérigos, elementos ligados à antiga dinastia e dirigentes da antiga polícia. A analogia se torna mais contundente quando se leva em conta que a organização militar do partido guelfo estava apoiada em um exército de cavaleiros no qual quase todos os postos de direção eram reservados para os nobres; com efeito, os soviéticos conservaram, ou, melhor, restabeleceram, a figura do empreendedor amplamente remunerado, o trabalho forçado, o sistema Taylor, a disciplina no exército e na fábrica e chegam a lançar olhares para os capitais estrangeiros. Numa palavra, para colocarem em marcha a máquina econômica e estatal, viram-se êles condenados a adotar tudo quanto condenaram como instituições da classe burguesa, além disso, reintegram nas velhas funções os agentes da antiga Ochrana (polícia secreta czarista), transformando-os em instrumentos essenciais do poder político. Nesta palestra não nos poderemos, entretanto, ocupar dessas organizações apoiadas na violência; daremos atenção, ao contrário, aos políticos profissionais que buscam ascender ao poder com o apoio da influência de um partido político que disputa votos no mercado eleitoral sem jamais recorrer a outros meios que não os racionais e "pacíficos".

Se considerarmos, agora, os partidos políticos no sentido comum do têrmo, constataremos que, de início e por exemplo na Inglaterra, êles não passavam, no comêço, de simples conjuntos de dependentes da aristocracia. Quando, por esta ou aquela razão, um par do reino trocava de partido, todos os que dêle dependiam passavam-se também para o outro campo. Até a época do Reform Bill (de 1831), não era o rei, porém as grandes famílias da nobreza que gozavam das vantagens propiciadas pela massa enorme dos burgos eleitorais. Os partidos de notáveis, que se desenvolveram mais tarde graças à ascensão política da burguesia, conservavam ainda uma estrutura muito próxima da estrutura dos partidos da nobreza. As camadas sociais que possuíam "fortuna e educação", animados e dirigidos por intelectuais, categoria peculiar ao Ocidente, dividiram-

-se em diferentes porções, o que foi devido, em parte, a interêsses de classe, em parte à tradição familiar e, em parte, a motivos puramente ideológicos, passando a constituir partidos políticos de que conservaram a direção. Membros do clero, professôres, advogados, médicos, farmacêuticos, fazendeiros prósperos, manufatores — e, na Inglaterra, tôda camada social que julgava pertencer à classe dos *gentlemen* — constituíram-se, de início, em agrupamentos políticos episódicos ou, quando muito, em clubes políticos locais; durante os períodos difíceis, via-se surgir, também, no palco político, a pequena burguesia a até o proletariado chegou, certa vez, a aparecer. E fazia-se ainda necessário que essas últimas camadas sociais encontrassem um chefe que, via de regra, não brotava de seu própria seio. Na época, não existiam partidos organizados regionalmente, que encontrassem base em agrupamentos permanentes do interior do país. Não existia outra coesão política senão a criada pelos parlamentares, apesar do que as pessoas de importância local desempenhavam papel marcante na escolha dos condidatos. Os programas incluíam, a par da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos homens de prol ou resoluções das facções parlamentares. Só em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico é que um homem de projeção consagrava parte de seus lazeres à direção de um clube. Nas localidades em que êsse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, mesmo no que tangia às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. Só o jornalista era um político profissional remunerado e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de continuidade. Não obstante, os parlamentares e os diretores de partido sabiam perfeitamente a quais chefes locais recorrer quando certa ação política parecia desejável. Tão-sòmente nas grandes cidades é que se instalavam seções permanentes dos partidos, com mensalidades módicas pagas pelos membros, com encontros periódicos e reuniões públicas durante as quais o deputado prestava contas de seu mandato. Vida política só havia, entretanto e realmente, no decurso do período eleitoral.

Não demorou, porém, a ser sentida a necessidade de uma coesão mais firme no interior dos partidos. Numerosos motivos impuseram essa nova orientação: o interêsse dos parlamentares

em conseguir compromissos eleitorais entre circunscrições diferentes, o impacto a que podia dar lugar um programa único e adotado por largas camadas sociais do país e, de modo geral, a utilidade que representava para o partido uma movimentação política unificada. Sem embargo, mesmo depois de estabelecida uma rêde de seções locais do partido nas cidades de média importância e de instalados em todo o país "homens de confiança", que permaneciam em contacto permanente com um membro do grupo parlamentar, a estrutura do aparelhamento partidário não se modificou: manteve, em princípio, o caráter de agrupamento de homens de projeção. Afora os empregados da sede central, não existiam ainda funcionários remunerados, de vez que, por tôda parte, as associações locais eram dirigidas polìticamente por pessoas "consideradas", em razão da estima de que gozavam no meio. Os "homens de prol" que se mantinham fora do Parlamento continuavam a exercer influência, ao lado da categoria de homens de prol assentados no Parlamento. As manifestações dadas a público pelo partido forneciam, de maneira natural e forma crescente, o alimento espiritual de que se nutriam a imprensa e as reuniões locais abertas. Tornavam-se indispensáveis as contribuições regulares dos membros, parte das quais se destinava a cobrir gastos do organismo central. Até recentemente, as organizações políticas alemãs encontravam-se ainda nesse estágio. E, na França, continuam a permanecer, parcialmente, no primeiro estágio, o dos liames instáveis entre os parlamentares e o reduzido número de homens de prol locais. Naquele país, os programas ainda são elaborados, em cada uma das circunscrições, pelos próprios candidatos ou por seus preceptores, antes do início da campanha eleitoral, embora considerando, em maior ou menor extensão e segundo exigências locais, as resoluções e os programas dos parlamentares. Só parcialmente se conseguiu, em nossos dias, abalar tal sistema. O número de pessoas que, até poucos anos atrás, fazia da atividade política a ocupação principal era muito reduzido. Abrangia, principalmente, os deputados eleitos, o punhado de empregados do organismo central, os jornalistas e, além disso — na França — os que estão "à cata de um pôsto" e os que, tendo já ocupado um pôsto, estão à espera de conseguir uma situação nova. Em geral, a política se constituía, de forma preponderante, em uma segunda profissão. O número de deputados "suscetíveis de se

transformarem em ministros" era muito pequeno, assim como, aliás, o dos candidatos a eleições, pois que os homens de prol conservavam o contrôle das operações. De outra parte, o número dos que se interessavam indiretamente pela política, sobretudo no relativo a seu aspecto material, era grande. Tôdas as medidas que um ministro poderia adotar e, muito particularmente, tôdas as soluções que poderia oferecer a assuntos de caráter pessoal tinham em conta a possível influência da decisão sôbre o resultado das eleições seguintes. Procurava-se, com efeito, agir de maneira que a concretização de qualquer tipo de pretensão dependesse da mediação do deputado local; de bom ou de mau grado, via-se o ministro compelido e prestar-lhe ouvidos, sobretudo se o deputado integrava a maioria — e exatamente por êsse motivo, todo deputado procurava integrar a maioria. O deputado detinha o monopólio dos empregos e, de modo geral, tôdas as espécies de monopólio relativas aos negócios de sua circunscrição. E, de sua parte, agia com muita cautela nas relações com os homens de prestígio local, a fim de assegurar reeleição.

A êsse estado idílico de dominação dos homens de prol e, sobretudo, de dominação dos parlamentares opõe-se, em nossa época e da maneira mais radical, a estrutura e a organização moderna dos partidos. Êsse nôvo estado de coisas é filho da democracia, do sufrágio universal, da necessidade de recrutar e organizar as massas, da evolução dos partidos no sentido de uma unificação cada vez mais rígida no tôpo e no sentido de uma disciplina cada vez mais severa nos diversos escalões. Assistimos, presentemente, à decadência do domínio dos homens de prol, assim como a de uma política dirigida apenas em têrmos dos parlamentares. Os indivíduos que fazem da atividade política a profissão principal retomam a direção da emprêsa política, mantendo-se embora afastados do Parlamento. São ou "empreendedores" — à maneira do *boss* norte-americano ou do *election agent* inglês — ou funcionários dos partidos, com posições fixas. Do ponto de vista formal, assistimos a uma democratização acentuada. Não é mais o grupo parlamentar que estabelece o programa e define a linha de conduta do partido, nem são mais os homens de importância local os que decidem das candidaturas às eleições, mas essas tarefas passam a caber a reuniões de militantes dos partidos, onde se escolhem os candidatos e de onde partem representantes para participar de assembléias de instância superior, assembléias que podem estender-se por escalões vários, até a assembléia geral denominada "Congresso do Partido". Em verdade, o poder repousa, hoje em dia, nas mãos dos *permanentes,* que são responsáveis pela continuidade do trabalho no interior da organização, ou cabe o poder àquelas personalidades que dominam individual ou financeiramente a emprêsa, à maneira dos mecenas ou dos chefes de poderosos clubes políticos de interêsse, do gênero do *Tammany Hall.* O elemento nôvo e decisivo reside na circunstância de que êsse imenso aparelho — a "máquina", de acôrdo com a expressão característica empregada nos países anglo-saxões — ou melhor: os responsáveis pela organização podem fazer frente aos parlamentares e estão mesmo em condição de impor, em medida considerável, a própria vontade. O elemento referido é de importância particular no que diz respeito à escolha dos membros da direção do partido. Só aquêle que a máquina se disponha a apoiar, mesmo em detrimento da orientação parlamentar, poderá vir a transformar-se em chefe. Dito em outras palavras, a instituição dessas máquinas correspondente à instalação da democracia *plebiscitária.*

Os militantes e, em especial, os funcionários e dirigentes do partido esperam, naturalmente, que o triunfo do chefe lhes traga compensação pessoal: posições ou vantagens outras. Importante é que o esperam da parte do chefe e de maneira alguma, nem ùnicamente, dos parlamentares. Esperam, acima de tudo, que, no decurso da campanha eleitoral, a influência demagógica da personalidade do chefe lhes assegure votos e mandatos, garanta a abertura das portas do poder, de sorte que os militantes contarão com as maiores possibilidades de obter a esperada recompensa pela devoção que demonstraram. Do ponto de vista psicológico, uma das mais importantes fôrças motoras com que possa contar o partido político reside na satisfação que o homem experimenta por trabalhar com a devoção de um crente em favor do êxito da causa de uma personalidade e não apenas em favor das abstratas mediocridades contidas num programa. É exatamente nisso que consiste o poder "carismático" do chefe.

Essa forma nova de organização dos partidos impôs-se, em medida variável, na maioria dos países, não, entretanto, sem

constante rivalidade latente com os homens de importância local e com os parlamentares, que lutam para conservar a influência de que dispõem. O nôvo estilo manifestou-se pela primeira vez no seio de um partido burguês nos Estados Unidos da América e no seio de um partido socialista na Alemanha. Constantes regressões marcaram, evidentemente, essa revolução, sobretudo quando ocorria que um partido se visse, no momento, privado de um chefe unânimemente reconhecido. Mesmo, porém, quando tal chefe existe, torna-se necessário fazer concessões de tôda espécie à vaidade e ao interêsse pessoal dos homens de relêvo no partido. De outro lado, pode ocorrer, igualmente, que a máquina tombe sob o domínio dos funcionários que se incumbem regularmente do trabalho interno de organização. Segundo a opinião de certo número de setores da social-democracia, êsse partido estaria sendo prêsa dêsse tipo de "burocratização". A par disso, importa não esquecer que os "funcionários" se submetem com relativa facilidade à pessoa de um chefe demagógico, que saiba como causar forte impressão. Isso se explica, ao mesmo tempo, pela circunstância de que os interêsses materiais e morais dêsses funcionários estão intimamente ligados ao crescimento e poderio que desejam para o partido que integram e explica-se também pelo fato de haver maior satisfação íntima no fato de trabalhar pelo amor de um chefe. É, ao contrário, infinitamente mais difícil alçar-se à condição de chefe nas organizações em que, a par dos funcionários, os "homens de prol" exercem grande influência no interior do partido, tal como freqüentemente se nota nos partidos burgueses. Com efeito, êsses homens valorizam (no sentido psicanalítico) de tal modo a pequena posição de membro do grupo ou da comissão administrativa que essa posição se torna "a própria razão de suas vidas". A atividade que desenvolvem é, via de regra, animada pelo resentimento contra o demagogo que se apresenta como *homo novus,* dada a convicção da superioridade da experiência que tem da política do partido — o que, efetivamente, pode revestir-se de grande importância — e em virtude do escrúpulo ideológico de não romper com as velhas tradições da organização. No interior do partido podem êsses homens contar, aliás, com todos os elementos conservadores. Não só o eleitor rural, mas também o que pertence à pequena burguesia tem os olhos voltados para os homens importantes cujos nomes

lhe são familiares. Desconfia, portanto, da ambição de um desconhecido e só lhe dedicará fidelidade inquebrantável depois de êle haver triunfado definitivamente.

Busquemos, agora, examinar mais pormenorizadamente alguns exemplos significativos dessa luta entre as duas formas de estrutura dos partidos e, em especial, os progressos alcançados no sentido da forma plebiscitária descrita por Ostrogorski.

★

Comecemos pela Inglaterra. Até 1868, a organização dos partidos tinha, em quase todo aquêle país, o aspecto de um puro agrupamento de homens de importância. Nas áreas rurais, os Tories se apoiavam no clérigo anglicano e, além disso — com freqüência — no preceptor e nos grandes proprietários estabelecidos nos diferentes condados. Os Whigs, de sua parte, buscavam, mais comumente, o apoio do predicador não conformista (quando êste existia), do chefe da estação de muda de cavalos, do ferreiro, do alfaiate, do tecelão ou, numa palavra, daqueles tipos de artesão que, por terem ocasião de manter contacto com muitas pessoas, poderiam exercer influência política. Nas vidas, a distinção entre os partidos políticos se fazia, em parte, por motivos de ordem econômica, em parte, por motivos religiosos e, em parte, simplesmente em função de opiniões tradicionais recebidas das famílias. Não obstante, os homens de prol mantinham-se como detentores do poder no seio das organizações políticas. Acima de tôda essa estrutura, planavam o Parlamento e os partidos dirigidos pelo Gabinete e seu líder. Êste era o chefe do Conselho de Ministros ou da oposição. O líder era assistido por um político profissional que desempenhava papel de grande relevância no interior do partido, o "orientador" (*whip*). Detinha êle o monpólio dos empregos, a êle deviam dirigir-se todos os que pretendiam uma posição política e era êle quem as distribuía, após haver feito consulta aos deputados das diferentes circunscrições eleitorais. Notou-se, entretanto, que ascendia, em tôdas as circunscrições, uma categoria nova de políticos profissionais que, de início, não passavam de agentes locais não-remunerados, à semelhança dos "homens de confiança" alemães. A par disso, por fôrça de nova legislação, destinada a assegurar a regularidade das eleições, deu-se o aparecimento, nas circunscrições eleitorais, de um tipo de

empreendedor capitalista, o *election agent*. Tornou-se êle uma figura indispensável, dado que a legislação nova tinha o propósito de garantir o contrôle de despesas eleitorais e de contrabalançar o poder do dinheiro, obrigando o candidato a fazer declaração das somas despendidas durante o decorrer da campanha. Na Inglaterra, com efeito, o candidato, além de dar curso à oratória — muito mais amplamente do que, outrora, ocorria na Alemanha — gostava de dar curso a seu dinheiro. Em princípio, o *election agent* exigia do candidato o pagamento de certa soma, conseguindo, por essa forma, vantajosa situação. A divisão de podêres entre o líder e os homens de importância no partido, tanto no âmbito do Parlamento, como em todo o país, sempre garantira ao primeiro maior possibilidade de influência, de vez que era necessário dar-lhe os meios de executar, com continuidade, uma boa política. Continuava sensível, entretanto, a influência dos homens de prol e dos parlamentares.

Tal, em linhas gerais, a maneira como se apresentavam os partidos, em têrmos de sua antiga organização. Aquela maneira defina-se em parte, como conseqüência da ação dos homens de prol e já era, em parte, produto da ação dos empregados e dos dirigentes. A partir de 1868, desenvolveu-se, inicialmente em Birmingham, durante eleições locais, o sistema de *caucus*. Deu-lhe nascimento um pastor não-conformista, auxiliado por Joseph Chamberlain. O pretexto invocado foi o da democratização do direito de voto. Com o objetivo de atrair a massa, acreditou-se conveniente movimentar enorme conjunto de grupos de aparência democrática, organizar em cada bairro da cidade um comitê eleitoral, manter continuidade de ação e burocratizar rigorosamente o conjunto: cresceu, então, consideràvelmente, o número de empregados remunerados pelas comissões locais que, dentro em pouco, agruparam e organizaram cêrca de dez por cento dos eleitores. Os intermediários principais, escolhidos por eleição, mas detendo, daí por diante, o direito de participar das decisões, tornaram-se os dirigentes da política do partido. As fôrças atuantes brotavam das comissões locais, principalmente nas áreas que se interessavam pela política municipal — sendo esta, em tôdas as circunstâncias e situações, o trampolim das oportunidades materiais mais sólidas. Foram também essas fôrças puramente locais que, em primeiro lugar, reuniram os meios financeiros necessários para subsistência. Essa

nova máquina, que escapava inteiramente ao contrôle parlamentar, logo teve que manter combate com as fôrças que até o momento detinham o poder e, principalmente, com o *whip*. Sem embargo, graças ao apoio das personalidades locais, que buscavam interêsses próprios, aquela máquina conseguiu ver-se vitoriosa e seu triunfo foi de tal forma completo que o *whip* sentiu-se obrigado a submeter-se e a pactuar. Disso resultou a centralização da totalidade do poder na mão de alguns homens e, afinal, na mão do único homem que se encontrava à testa do partido. Em verdade, o desenvolvimento de todo êsse sistema se deu no seio do partido liberal, paralelamente à ascensão política de Gladstone. A vitória que a máquina tão ràpidamente conquistou sôbre os homens de prol deveu-se, antes de tudo, ao ângulo fascinante da demagogia em grande estilo praticada por Gladstone, à tenaz crença das massas no conteúdo moral de sua política e, em especial, ao moralismo da personagem. Foi assim que surgiu no palco político inglês uma espécie de cesarismo plebiscitário, com os traços do ditador que reinava sôbre o campo de batalha eleitoral. O resultado não se fêz esperar. Em 1877, o sistema do *caucus* entrou, pela primeira vez, em ação, durante a realização de eleições gerais. A conseqüência foi impressionante: Disraeli teve de abandonar o poder no momento de seu êxito mais retumbante. Desde 1876, a máquina já estava de tal modo ligada, no sentido carismático, à pessoa de Gladstone que, quando se colocou a questão da *Home Rule*, todo o aparelhamento, de alto a baixo, jamais chegou a inquirir se se encontrava objetivamente do lado de Gladstone, mas pura e simplesmente orientou-se por fé em sua palavra, afirmando que o seguiria em tudo que fizesse — e, assim, abandonou até mesmo seu criador, Chamberlain.

A máquina exigia grande número de pessoas para seu funcionamento. Neste momento, cêrca de duas mil pessoas vivem, na Inglaterra, diretamente da política dos partidos. Mais elevado ainda é o número dos que se acham à cata de uma situação e dos que se mostram ativos em razão de outros interêsses, especialmente no campo da política municipal. Por outro lado, além das expectativas econômicas, os políticos envolvidos no *caucus* podem esperar também satisfações da vaidade. Podem, com efeito, nutrir (normalmente) as mais altas ambições, como a de transformar-se em membro do Parlamento. Tais situações

são prometidas, em particular, àqueles que fazem prova de boa educação, isto é, aos que são *gentlemen*. A honra suprema que espera, em particular, os grandes mecenas é o título de par — pois as finanças dos partidos provêm, na proporção de quase cinqüenta por cento, de contribuições de doadores anônimos.

Qual o resultado a que levou êsse sistema? Muito simplesmente, a que os parlamentares inglêses, com exceção de alguns membros do Gabinete (e de alguns excêntricos) viram-se reduzidas à condição de bêstas de votar, perfeitamente disciplinadas. No *Reichstag* alemão, os parlamentares deram-se ao hábito de utilizar suas cadeiras para cuidar da correspondência privada, dando, dessa forma, pelo menos a impresão de que se preocupavam com o bem-estar da nação. Na Inglaterra, entretanto, nem êsse mínimo é exigido: o parlamentar nada mais tem a fazer senão votar e não trair seu partido. Deve fazer ato de presença quando o *whip* o chama e executar aquilo que, de acôrdo com as circunstâncias, é ordenado pelo chefe do Gabinete ou pelo líder da oposição. Sempre que dirigida por um homem enérgico, a máquina do *caucus* quase que não deixa transparecer qualquer reação de âmbito local; ela, pura e simplesmente, segue a vontade do líder. Assim, acima do Parlamento se coloca o chefe que é, em verdade, um ditador plebiscitário: a seu sabor, êle orienta as massas. A seus olhos, os parlamentares não passam de simples detentores de prebenda, que fazem parte de sua clientela.

De que maneira se dá, em tal sistema, a escolha dos chefes? E, acima de tudo, que qualificações nêles se procura? Além das exigências de uma vontade firme que são, em tôda parte, decisivas, é naturalmente de primeira importância a fôrça da palavra demagógica. A maneira de proceder alterou-se depois da época de Cobden, quando os apelos eram dirigidos ao entendimento, e da época de Gladstone, que era um técnico da fórmula aparentemente cheia de sentido, um técnico do "deixai os fatos falarem" e, em nossos dias, para mover as massas, utilizam-se, freqüentemente, meios que, na maioria das vêzes, têm caráter puramente emocional e são do gênero adotado pelo Exército de Salvação. Com boa base, êsse estado de coisas pode ser chamado "ditadura fundada na *emotividade* e na exploração das massas". Não obstante, o sistema de trabalho em comissões, sistema grandemente desenvolvido no Parlamento inglês, dá a todo

aquêle que ambicione um pôsto na organização dirigente a possibilidade de trazer sua contribuição e vai a ponto de obrigá-lo a agir assim para triunfar. Todos os ministros importantes dos últimos decênios formaram-se nessas comissões parlamentares, que os habituaram a um trabalho positivo e eficaz. A prática adquirida como relator de uma comissão, bem como o hábito de crítica pública às deliberações, permite, nessa escola, uma verdadeira seleção de chefes, com eliminação do indivíduo que não passe de um demagogo vulgar.

Essa é a situação na Inglaterra, Entretanto, o sistema de *caucus,* que ali reina, aparecerá como forma atenuada de maquinaria política, se o compararmos com a organização dos partidos nos Estados Unidos da América, onde ràpidamente se adotou uma versão particularmente pura do regime plebiscitário. Segundo Washington, os Estados Unidos da América deveriam ser uma comunidade dirigida por *gentlemen*. Naquela época, o *gentleman* era, tal como na Inglaterra, um proprietário rural ou um homem que houvesse freqüentado a Universidade. De início, assim foi, efetivamente. Quando os partidos se constituíram, os membros da Câmara de Representantes tinham a pretensão de se tornarem chefes políticos, à imagem dos chefes poltíicos inglêses da época do domínio dos homens de importância. A organização dos partidos carecia de disciplina. E tal situação estendeu-se até o ano de 1824. Contudo, já antes da década dos 20, era possível notar o aparecimento da máquina dos partidos em numerosas municipalidades, que, dessa forma, se transformaram no ponto de partida da nova evolução. Foi, contudo, a eleição do presidente Andrew Jackson, candidato dos criadores do Oeste, que verdadeiramente alterou a antiga tradição. Pouco depois de 1840, os chefes parlamentares deixavam de ser formalmente os dirigentes dos partidos, exatamente no momento em que os grandes membros do Parlamento — Calhoun, Webster — se retiravam da vida política porque o Congresso tinha perdido quase todo o poder, face à máquina dos partidos. Se a "máquina" plebiscitária se desenvolveu em tão boa hora naquele país foi porque nos Estados Unidos da América e tão-sòmente lá o chefe do Executivo, que era ao mesmo tempo — e êsse é o elemento importante — o senhor da distribuição dos empregos, tinha a condição de presidente eleito por plebiscito e, além disso, por forçada "separação dos

podêres", gozava, no exercício de suas funções, de uma independência quase completa em relação ao Parlamento. Com efeito, após uma eleição presidencial, aos partidários do candidato vitorioso eram oferecidas, como recompensa, prebendas e empregos. E não se deixou de tirar conseqüências dêsse *spoil system* que Andrew Jackson elevou, sistemàticamente, ao nível de princípio.

Em nossos dias, que significa, para a formação dos partidos, êsse *spoil system,* isto é, a atribuição de todos os postos da administração federal aos partidários do candidato vitorioso? Significa, simplesmente, que os partidos, sem nenhuma base doutrinária, reduzidos a puros instrumentos de disputa de postos, opõem-se uns aos outros e elaboram, para cada campanha eleitoral, um programa que é função das possibilidades eleitorais. — Nos Estados Unidos da América, os programas variam numa proporção que não tem igual em qualquer outro país, apesar de tôdas as analogias que se tracem. A estrutura dos partidos subordina-se, inteira e exclusivamente, à batalha eleitoral, que é, muito acima de qualquer outra, a mais importante para o domínio dos empregos: o pôsto de Presidente da União e de Governador dos diversos Estados. Os programas e os nomes dos candidatos são sufragados, sem intervenção de parlamentares, durante as "convenções nacionais" dos partidos — ou seja, durante congressos dos partidos que, do ponto de vista formal, compõem-se, muito democràticamente, de delegados das assembléias, aos quais o mandato é outorgado pelas *primaries,* ou assembléias dos militantes de base. Já nessas *primaries,* os delegados às convenções são escolhidos em função do nome dos candidatos ao pôsto da magistratura suprema da União. Em razão disso é que se vê processar-se, no interior dos partidos, a mais encarniçada luta em tôrno da *nomination,* pois o presidente é o senhor de cêrca de trezentos a quatrocentos mil cargos, que êle distribui a seu prazer, após consulta aos senadores dos diferentes Estados. Isso faz, dos senadores, políticos poderosos. A Câmara de Representantes, de outra parte, é, até certo ponto, impotente, do ponto de vista político, de vez que o domínio dos empregos lhe escapa totalmente e que os ministros, simples auxiliares do Presidente eleito diretamente pela população, eventualmente contra o desejo do Parlamento, podem exercer suas funções independentemente da confiança ou desconfiança dos Representantes: mais uma conseqüência do princípio de "separação dos podêres".

O *spoil system,* apoiado no princípio da separação de podêres, só foi tècnicamente possível nos Estados Unidos da América porque a juventude daquela civilização tinha condições para suportar uma gestão de puros diletantes. Em verdade, o fato de que de trezentos a quatrocentos mil militantes não tivessem outra qualificação para exibir, a não ser os bons e leais serviços prestados ao partido a que pertenciam, fêz surgir, a longo alcance, grandes dificuldades e conduziu a uma corrupção e a um desperdício sem igual, só possíveis de serem suportados por um país de possibilidades econômicas ilimitadas.

A figura política brotada dêsse sistema de máquina plebiscitária foi a do *boss.* Que é o *boss?* É um empresário político capitalista, que busca votos eleitorais em benefício próprio, correndo os riscos e perigos inerentes a essa atividade. Nos primeiros tempos, êle é advogado, proprietário de um bar ou de um estabelecimento comercial ou é um agiota, valendo isso dizer que desempenha uma atividade de onde retira meios de lançar as primeiras bases para lograr o contrôle de certo número de votos. Conseguido êsse resultado, êle entra em contacto com o *boss* mais próximo e, graças a seu zêlo, habilidade e, acima de tudo, discrição, atrai os olhares dos que se acham avançados na carreira e, daí por diante, encontra aberto o caminho para galgar os diferentes escalões. O *boss* veio a transformar-se, dessa maneira, em elemento indispensável ao partido, pois que tudo se centraliza em suas mãos. É êle quem fornece, em substancial porção, os recursos financeiros. Mas, como age para obtê-los? Recorre, em parte, a contribuições dos membros e recorre, especialmente, a uma taxa que faz incidir sôbre os vencimentos dos funcionários que, graças a êle e ao partido, obtiveram colocação. A par disso, surgem as gratificações e as comissões. Quem pretenda violar impunemente as leis dos Estados deve obter, antecipadamente, a conivência dos *bosses,* destinando-lhes certa soma de dinheiro, sob pena de enfrentar os maiores dificuldades. Êsses diversos recursos não são, entretanto, bastante para constituir o capital necessário para operação política do partido. O *boss* é o homem indispensável para coletar diretamente os fundos que os grandes magnatas da finança destinam à organização. Êstes jamais confiariam dinheiro

reservado para fins eleitorais a funcionário pago pelo partido ou a uma pessoa que, oficialmente, onerasse o orçamento do partido; o *boss,* contudo, em razão de sua prudência e discrição em matéria de dinheiro é, de tôda evidência, um homem dos meios capitalistas que financiam eleições. O *boss* típico é, geralmente, um homem que sabe o que quer. Não está à procura de honrarias; o *profissional* (assim o denominam) é, sem dúvida, desprezado pela "alta sociedade". Êle só busca o poder, seja como fonte de riquezas, seja pelo próprio poder. Diversamente do líder inglês, êle trabalha na obscuridade. Não é ouvido em público; sugere aos oradores o que convém dizer, porém conserva silêncio. Via de regra, não aceita posições políticas, a não ser a de senador. Como, em virtude da Constituição, os senadores devem ser ouvidos no que concerne a empregos, os *bosses* dirigentes asentam-se, com freqüência, naquela assembléia. A distribuição de cargos se faz principalmente em função dos serviços prestados ao partido. Acontece, porém e repetidamente, que a nomeação seja feita contra o pagamento de certa soma de dinheiro e existem preços estabelecidos para obtenção dêste ou daquele pôsto. Em resumo, trata-se de um sistema de venda de posições, tal como praticado com freqüência pelas monarquias dos séculos XVII e XVIII, inclusive pelos Estados da Igreja.

O *boss* não se apega a uma doutrina política definida; não professa princípios. Uma só coisa é importante a seus olhos: como conseguir o maior número de votos possível? Acontece, muitas vêzes, que se trate de pessoa sem grande preparo. Todavia, em geral, sua vida privada é correta e inatacável. Evidentemente só em matéria de moral política é que êle se adapta aos costumes vigentes no setor; nesse ponto, não difere de grande número de capitalistas que, numa época de açambarcamento, adotam essa forma de agir no domínio da moral econômica. Pouco lhe importa que, socialmente, o encarem como *profissional,* como político profissional. Desde o momento em que êle não ascende e não quer ascender aos altos postos do govêrno, sua modéstia passa a garantir-lhe certo número de vantagens: com efeito, não é raro ver inteligências estranhas aos quadros do partido, grandes personalidades serem apresentadas como candidatos, devido ao fato de os *bosses* entenderem que elas podem aumentar as probabilidades eleitorais do partido. Situação

bem diferente da alemã, onde são sempre os antigos e notáveis membros do partido que se apresentam como candidatos. Devido a essa razão, a estrutura dêsse tipo de partido, desprovida de base doutrinária, mas animada por detentores do poder que são desprezados pela sociedade, contribuiu para levar à presidência do país homens de valor que, na Alemanha, jamais se teriam "projetado". Certo é que os *bosses* se lançam contra o *outsider* que, na hipótese de uma eleição, poderia ameaçar-lhe as fontes de renda e de poder. Contudo, em razão mesmo da concorrência que se estabelece para ganhar o favor público, os *bosses* viram-se, algumas vêzes, obrigados a resignar-se e a aceitar justamente os candidatos que se apresentavam como adversários da corrupção.

Estamos, portanto, diante de uma emprêsa política dotada de forte estrutura capitalista, rìgidamente organizada de alto a baixo e apoiada em associações extremamente poderosas, tais como o *Tammany Hall.* Essas associações, cujas linhas lembram as de uma ordem, não têm outro propósito, senão o de tirar proveito da dominação política, particularmente no âmbito da administração municipal — que constitui, nos Estados Unidos da América, a melhor porção dos despojos. Essa organização dos partidos só foi possível porque os Estados Unidos da América eram um país democrático e porque eram um "país nôvo". Essa conjuntura privilegiada faz, entretanto, com que, em nossos dias, êsse sistema esteja condenado a morrer lentamente. Os Estados Unidos da América não podem continuar a ser governados exclusivamente por diletantes. Há cêrca de quinze anos, quando se perguntava aos trabalhadores norte-americanos porque êles podiam deixar-se governar por homens que confessadamente desprezavam, obtinha-se a seguinte resposta: "Preferimos ser governados por funcionários sôbre os quais podemos escarrar a ser governados por uma casta de funcionários que, tal como na Alemanha, escarra sôbre os trabalhadores". Era o velho ponto de vista da "democracia" americana, mas, já por aquêle tempo, as áreas socialistas do país tinham outra opinião. A situação não é mais tolerável hoje em dia. A administração dos diletantes não corresponde mais às novas condições do país e a *Civil Service Reform* vem criando, em número cada vez maior, posições de funcionário de carreira, com o benefício da aposentadoria. Dessa maneira, funcionários formados por uni-

versidades e que serão, tanto quanto os alemães, incorruptíveis, poderão vir a ocupar os postos de govêrno. Cêrca de cem mil empregos já não mais constituem a recompensa do torneio eleitoral, mas dão direito a aposentadoria, ao mesmo tempo que fazem exigências de qualificação. Essa nova fórmula fará com que o *spoil system* regrida lenta e progressivamente. Em conseqüência, não há dúvida de que a estrutura de direção dos partidos também se transformará, embora não seja possível ainda prever em que sentido.

Na Alemanha, as condições determinantes da emprêsa política foram, até o presente, as seguintes. Acima de tudo, a impotência do Parlamento. Daí resulta que nenhuma personalidade dotada de temperamento de chefe lá permanece por longo tempo. Suponhamos que um homem dessa têmpera pretenda ingressar no Parlamento — que poderá fazer ali? Quando se vague um cargo, êle poderá dizer ao diretor de pessoal de quem depende a nomeação: tenho sob minha dependência, em minha circunscrição eleitoral, um homem capaz, que pode satisfazê-lo; aproveite-o. E, muito comumente, as coisas se passam dessa maneira. Mas isso é quase tudo que um parlamentar alemão pode conseguir para satisfazer seus instintos de poder — se é que alguma vez os possui.

Ao referido, junta-se um segundo fator, que condiciona o primeiro, a saber, a importância enorme que o funcionário de carreira tem na Alemanha. Neste domínio, os alemães foram, sem dúvida, os primeiros do mundo. Resultou, porém, que os funcionários pretenderam ocupar não sòmente os postos de funcionários, mas também os de ministros. Não se ouviu dizer, no ano pasado, no *Landtag* bávaro, quando do debate sôbre a introdução do parlamentarismo, que, se alguma vez fôssem dados cargos ministeriais aos parlamentares, os funcionários capazes deixariam a carreira? É preciso, enfim, acrescentar que, na Alemanha, a administração da função pública fugia sistemàticamente ao contrôle das comissões parlamentares, diversamente do que se dá na Inglaterra. Por êsse motivo, o Parlamento era colocado na impossibilidade — salvo raras exceções — de formar chefes políticos em condições de realmente dirigir uma administração.

O terceiro fator, muito diverso do que atua nos Estados Unidos da América, é o de que, na Alemanha, existem partidos

que possuem uma doutrina política, de sorte a poderem afirmar, ao menos com *bona fides* subjetiva, que seus membros são representantes de uma "concepção do mundo". Entretanto, os dois mais importantes partidos dêsse tipo, o Centrum e a social-democracia, são, infelizmente, partidos que, de momento, se destinam a ser minoritários e desejam assim permanecer. Com efeito, no Império alemão, os meios dirigentes do Centrum jamais esconderam o fato de que se opunham ao parlamentarismo porque temiam ver-se transformados no idiota da peça e porque teriam dificuldades maiores que as daquele momento para fazer pressão sôbre o govêrno quando quisessem ver nomeado, para uma função pública, um elemento do partido. A social-democracia é um partido minoritário por princípio e se constituiu, por êsse motivo, em obstáculo à parlamentarização, dado que não queria macular-se ao contato de uma ordem estabelecida que ela reprovava, por considerar burguesa. O fato de êsses dois partidos se excluírem do sistema parlamentar constituiu-se na causa principal responsável pela impossibilidade de introduzir tal sistema na Alemanha.

Em tais condições, qual o destino dos políticos profissionais, na Alemanha? Jamais dispuseram de poder ou assumiram responsabilidade; só podiam, portanto, desempenhar papel subalterno. Só há pouco tem sido penetrados de preocupações com o futuro, tão características de outros países. Como os homens de prol faziam de seu pequeno mundo a finalidade da vida, era impossível que um homem diferente dêles chegasse e elevar-se. Em todos os partidos, inclusive, evidentemente, a social-democracia, eu poderia citar numerosas carreiras políticas que foram verdadeiras tragédias, porque os indivíduos envolvidos possuíam qualidades de chefe e não foram, por êsse motivo, tolerados pelos homens importantes da agremiação. Todos os nossos partidos têm, assim, acertado o passo pelo de seus homens de prol. Bebel, exemplificativamente, era, por temperamento e disposição, um chefe, embora de inteligência modesta. O fato de que êle fôsse um mártir, de que jamais faltasse à confiança das massas (ao ver das massas, evidentemente) teve, como conseqüência, que estas o seguissem obedientemente e impediu que surgisse, no interior de seu partido, uma oposição séria, capaz de fazer-lhe sombra. Todavia, tal estado de coisas desapareceu com sua morte e instalou-se o reinado dos funcionários.

Vieram à tona os funcionários sindicais, os secretários do partido, os jornalistas: o partido passou, dessa maneira, ao domínio dos instintos burocráticos. Apossaram-se dêle funcionários muito honrados, talvez extremamente honrados, se os comparamos aos de outros países, em especial aos funcionários sindicais dos Estados Unidos da América, freqüentemente acessíveis à corrupção. Apesar disso, as conseqüências da dominação dos funcionários — conseqüências que acabamos de examinar — fizeram-se manifestas naquele partido.

★

Desde aproximadamente 1880, os partidos burgueses não passaram de agrupamentos de homens de importância. Certo é que, por vêzes, êles se viram obrigados a apelar, para fins de propaganda, a inteligências estranhas aos quadros do partido, o que lhes permitia proclamar: "Fulano ou Beltrano está conosco". Contudo, na medida do possível, adotavam-se tôdas as providências para impedir que êsses nomes se apresentassem em eleições. Só quando êles se recusavam a prestar-se a manobra é que se anuía em propor-lhes a candidatura. No Parlamento, reinava o mesmo estado de espírito. Os grupos parlamentares alemães eram círculos fechados e assim permaneceram. Todos os discursos pronunciados em sessão plenária do *Reichstag* são prèviamente submetidos à censura dos partidos. Constata-se o fato pelo tédio mortal que os discursos provocam. Só tem o direito de usar a palavra o deputado antecipadamente indicado. Não se pode conceber contraste maior com os costumes parlamentares inglêses, assim como — por motivos diametralmente opostos — com os costumes parlamentares franceses.

Talvez que uma alteração esteja presentemente ocorrendo, após a agitação violenta que nos comprazemos em chamar revolução. Digo talvez porque não se trata, absolutamente, de alguma coisa segura. No momento, preconiza-se, antes de tudo, a constituição de novos partidos. De início, entretanto, essas formações novas não passam de organizações de amadores. Foram, em particular, os estudantes das grandes escolas que militaram a favor de um objetivo dessa ordem. Iam ao encontro de um homem em quem acreditavam ter descoberto as qualidades de chefe e lhe diziam: nós lhe daremos o trabalho elaborado e não lhe caberá senão executá-lo. Contudo, surgiram também organizações políticas de caráter comercial. Ocorreu que certas pessoas se apresentaram a indivíduos em que elas vislumbravam qualidades de chefe, propondo-lhes que se dedicassem ao recrutamento de partidários e prometendo o pagamento de quantia determinada por nôvo eleitor conquistado. Se, neste momento, me fôsse pedido que lhes dissesse honestamente qual dos dois procedimentos me parece mais seguro do ponto de vista da técnica política, acredito que eu daria preferência ao último. Em ambos os casos, entretanto, só estamos diante de bôlhas de sabão que se elevaram ràpidamente, para logo estourar. De modo geral, o processo constitiu em remanejamento das organizações já existentes, que voltaram a funcionar como outrora. Em verdade, os dois fenômenos assinalados são apenas sintomas indicadores de que novas organizações poderiam surgir, se os chefes surgissem. Não obstante, as particularidades técnicas do sistema impediram o desenvolvimento das organizações novas. Até o momento, só pudemos ver surgir um par de ditadores que alvoroçaram as ruas e ràpidamente desapareceram. Sem embargo, os partidários dêsse ditadores estavam realmente organizados e obedeciam a uma disciplina estrita: daí a fôrça dessas minorias que, porém, no momento, perdem vigor.

Suponhamos que a situação possa sofrer alteração. Far-se-ia, então, necessário, após tudo quanto deixamos referido, tomar consciência do seguinte fato importante: quando os partidos são dirigidos e estimulados por chefes plebiscitários, ocorre uma "perda de espiritualidade" ou, mais claramente, ocorre uma proletarização espiritual de seus partidários. Os partidários reunidos numa estrutura dêsse gênero só poderão ser úteis aos chefes se lhes derem obediência cega, isto é, se, tal como ocorre nos Estados Unidos da América, se curvarem diante de máquina que não é perturbada nem pela vaidade dos homens de importância, nem pela pretensão de originalidade pessoal. Só foi possível a eleição de Lincoln porque a organização do seu partido tinha esse caráter; e, tal como vimos, o mesmo fenômeno se produziu com o *caucus*, em benefício de Gladstone. Eis precisamente o preço que importa pagar pela colocação de verdadeiros chefes à testa de um partido. Só uma escolha cabe: ou uma democracia admite como dirigente um verdadeiro chefe e, por conseqüência, aceita a existência da "máquina" ou renega os chefes e cai sob o domínio dos "políticos profissionais", sem voca-

ção, privados das qualidades carismáticas que produzem os chefes. Nesta última hipótese, vemo-nos diante do que a oposição, no interior de um partido, chama o reino das "facções". No momento, não divisamos, no seio dos partidos alemães, outra coisa que não o domínio dos políticos. A perpetuação dêsse estado de coisas pelo menos no Estado Federal, será favorecido, antes de tudo, pelo fato de que, sem dúvida, ressurgirá o Conselho Federal. Conseqüência necessária será uma limitação do poder da Assembléia e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de nela ver surgirem chefes. Tal situação encontrará terreno ainda mais favorável para desenvolver-se no sistema de representação proporcional, considerados os têrmos em que êle é hoje conhecido. Tal sistema é, com efeito, a manifestação típica de uma democracia sem chefes, não apenas porque facilita, em benefício dos homens de prol, as manobras ilícitas na confecção das listas de votação, como também porque dá aos grupos de interêsses a possibilidade de forçarem as organizações políticas a incluírem nas citadas listas alguns de seus empregados, de sorte que, ao fim, nos vemos diante de um Parlamento apolítico, onde não mais encontram lugar os verdadeiros chefes. Só o Presidente do *Reich,* sob condição de que sua eleição se fizesse por plebiscito e não pelo Parlamento, poderia transformar-se em válvula de segurança face à carência de chefes. Não será possível que os chefes surjam e que a seleção entre êles se opere, se não houver meio de comprovar-lhes a capacidade, expondo-os, inicialmente, ao crivo de uma gestão municipal, onde lhes seja deixado o direito de escolher os próprios auxiliares, como ocorre nos Estados Unidos da América, quando se projeta em cena um perfeito plebiscitário, decidido a lançar-se contra a corrupção. Êsse, afinal, o resultado que se poderia esperar, se os partidos fôssem organizados em função de eleição dêsse tipo. Entretanto, a hostilidade pequeno-burguesa em relação aos chefes, hostilidade, que anima todos os partidos, inclusive e sobretudo a social-democracia, deixa imprecisa a natureza da futura organização dos partidos, bem como incertas as possibilidades que acabamos de referir.

★

Essa a razão por que, hoje em dia, não é absolutamente possível prever qual o contôrno exterior que virá a assumir a

atividade política entendida como "vocação", tanto mais que não se vê meio de oferecer aos bem-dotados para a política oportunidade de se devotarem a uma tarefa satisfatória. Aquêle que, em razão de sua situação econômica, se vir obrigado a viver "da" política, não escapará à alternativa seguinte: ou se voltará para o jornalismo e para os encargos burocráticos nos partidos ou tentará conseguir um pôsto numa associação que se encarregue da defesa de certos interêsses, como é o caso dos sindicatos, das câmaras de comércio, das associações rurais, das agências de colocação etc. ou, ainda, buscará posição conveniente junto a uma municipalidade. Nada mais se pode dizer a respeito dêsse aspecto exterior da profissão política, a não ser que o funcionário de um partido político partilha com o jornalista do *odium* que se levanta contra o *déclassé.* Êles se verão sempre chamados, embora apenas pelas costas, de "escriba salariado" e de "orador salariado". Quem seja incapaz de, em seu foro interior, enfrentar essas injúrias e dar-lhes resposta, agiria melhor se não se orientasse para aquelas carreiras que, além de tentações penosas, só lhe poderão oferecer decepções contínuas.

Quais são, agora, as alegrias íntimas que a carreira política pode proporcionar a quem a ela se entrega e que prévias condições seria preciso supor?

★

Bem, ela concede, antes de tudo, o sentimento de poder. A consciência de influir sôbre outros sêres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da história que se constrói podem elevar o político profissional, mesmo o que só ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana. Coloca-se, porém, a êsse propósito, a seguinte pergunta: quais são as qualidades que lhe permitem esperar situar-se à altura do poder que exerce (por pequeno que seja) e, conseqüentemente, à altura da responsabilidade que êsse poder lhe impõe? Essa indagação nos conduz à esfera dos problemas éticos. É, com efeito, dentro dêsse plano de idéias que se coloca a questão: que homem é preciso ser para adquirir o direito de introduzir os dedos entre os raios da roda da História?

Pode-se dizer que há três qualidades determinantes do homem político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Paixão no sentido de "propósito a realizar", isto e, devoção apaixonada a uma "causa", ao deus ou ao demônio que a inspira. Isso nada tem a ver com a conduta puramente interior que meu pranteado amigo George Simmel tinha o costume de denominar "excitação estéril", forma de agir própria de uma certa casta de intelectuais, particularmente russos (nem todos, é claro) e que, atualmente causa furor em nossos meios intelectuais obnubilados por êsse carnaval a que se concede o nome pomposo de "revolução". Tudo isso não passa de "romantismo do que é intelectualmente interessante", de que está ausente o sentimento objetivo de responsabilidade e que gira no vazio. Com efeito, a paixão apenas, por sincera que seja, não basta. Quando se põe a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrêla polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe político. Faz-se necessário, enfim o senso de proporção, que é a qualidade psicológica fundamental do homem político. Quer isso dizer que êle deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sôbre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por conseqüência, *manter* à distância os homens e as coisas. A "ausência de distância", como tal, é um dos pecados capitais do homem político. Se inculcássemos na jovem geração de intelectuais o desprêzo pelo recolhimento indispensável, nós a condenaríamos à impotência política. Surge, a essa altura, o problema seguinte: como é possível fazer conviverem, no mesmo indivíduo, a paixão ardente e o frio senso de proporção? Faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo. Contudo, se a devoção a uma causa política é algo diverso de um frívolo jôgo de intelectual, constituindo-se em atividade sinceramente desenvolvida, essa devoção há de ter a paixão como fonte necessária e deverá nutrir-se de paixão. Todavia, o poder de subjugar enèrgicamente a alma, poder que caracteriza o homem político apaixonado e o distingue do simples diletante inchado de excitação estéril, só tem sentido sob a condição de êle adquirir o hábito do recolhimento — em todos os sentidos da palavra. O que se chama "fôrça" de uma personalidade política indica, antes de tudo, que ela possui essa qualidade.

Há um inimigo vulgar, muito humano, que o homem político deve dominar a cada dia e cada hora: a muito comum *vaidade*. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga do recolhimento e, no caso, do afastamento de si mesmo.

A vaidade é um traço comum e, talvez, não haja pessoa alguma que dela esteja inteiramente isenta. Ns meios científicos e universitários, ela chega a constituir-se numa espécie de moléstia profissional. Contudo, quando se manifesta no cientista, por mais antipatia que provoque, mostra-se relativamente inofensiva, no sentido de que, via de regra, não lhe perturba a atividade científica. Coisa inteiramente diversa ocorre, quando se trata do político. O desejo do poder é algo que o move inevitàvelmente. O "instinto de poder" — como habitualmente se diz — é, com efeito, uma de suas qualidades normais. O pecado contra o Espírito Santo de sua vocação consiste num desejo de poder, que, sem qualquer objetivo, em vez de se colocar exclusivamente ao serviço de uma "causa", não consegue passar de pretexto de exaltação pessoal. Em verdade e em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade — duas coisas que, repetidamente, embora não necessàriamente, são idênticas. A vaidade ou, em outras palavras, a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira a mais clara possível, em primeiro plano, induz freqüentemente o homem político à tentação de cometer um ou outro dêsses pecados ou os dois simultâneamente. O demagogo é obrigado a contar com o "o efeito que faz" — razão por que sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histrião ou de assumir, com demasiada leviandade, a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos, pois que está preocupado contìnuamente com a impressão que pode causar sôbre os outros. De uma parte, a recusa de se colocar a serviço de uma causa o conduz a buscar a aparência e o brilho do poder, em vez do poder real; de outra parte, a ausência do senso de responsabilidade o leva a só gozar do poder pelo poder, sem deixar-se animar por qualquer propósito positivo. Com efeito, uma vez que, ou melhor, porque o poder é o instrumento inevitável da política, sendo o desejo do poder, conseqüentemente, uma de suas fôrças motrizes, a mais ridícula caricatura da política é o mata-mouros que se di-

verte com o poder como um nôvo-rico ou como um Narciso vaidoso de seu poder, em suma, como adorador do poder pelo poder. Por certo que o simples politiqueiro do poder, objeto, também entre nós, de um culto cheio de fervor, pode alcançar grandes efeitos, mas tudo se perde no vazio e no absurdo. Os que criticam a "política do poder" têm, nesse ponto, inteira razão. A súbita derrocada moral de certos representantes típicos dessa atitude permitiu que fôssemos testemunhas da fraqueza e da impotência que se dissimulam por detrás de certos gestos cheios de arrogância, mas inteiramente inúteis. Política dessa ordem não passa jamais de produto de um espírito embotado, soberanamente superficial e medíocre, incapaz de apreender qualquer significação da atividade humana. Nada, aliás, está mais afastado da consciência do trágico, de que se penetra tôda ação, e, em especial, tôda ação política do que essa mentalidade.

Incontestável e constituindo elemento essencial da História, ao qual não fazemos justiça em nossos dias, é o fato seguinte: o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. Cabe mesmo afirmar que muito raramente corresponde e que, freqüentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal. Essa constatação não pode, contudo, servir de pretexto para que se fuja à dedicação ao serviço de uma causa, pois que, se assim ocorresse, a ação perderia tôda a coerência interna. Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura e utiliza o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um. O homem político pode dedicar-se ao serviço de fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos. Pode também estar apoiado em sólida crença no "progresso' — nos diferentes sentidos dessa palavra — ou afastar totalmente essa crença; pode pretender servir uma "idéia" ou, por princípio, recusar valor a quaisquer idéias, para apenas cultuar fins materiais da vida cotidiana. Seja qual fôr o caso, uma crença qualquer é sempre necessária, pois, caso contrário — e ninguém pode negá-lo — a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido.

★

O que ficou exposto já nos orienta para a discussão do último problema de que nos ocuparemos esta noite, o problema do *ethos* da política, enquanto "causa" a defender. Qual é, independentemente de seus fins próprios, a missão que a política pode desempenhar na economia global da conduta na vida? Qual é, por assim dizer, o lugar ético em que ela reside? Nesse ponto, as mais opostas concepções do mundo chocam-se umas com as outras, impondo-se *escolher* entre elas. Ataquemos, pois, resolutamente, êsse problema, que recentemente se pôs em foco, mas, segundo creio, de maneira infeliz.

Livremo-nos, antes de tudo, de uma contrafacção vulgar. A ética pode, por vêzes, desempenhar um papel extremamente desagradável. Alguns exemplos. Não raro é que o homem que abandona sua espôsa por outra mulher experimente a necessidade de justificar-se perante a própria consciência, usando o pretexto de que ela não era digna de seu amor, de que o havia enganado ou invocando outras razões dêsse gênero, que nunca deixam de existir. Trata-se, da parte dêsse homem, de uma falta de cortesia, que, não querendo limitar-se à simples constatação de que não mais ama sua espôsa, procura — no momento em que ela se encontra na posição de vítima — fabricar uma desculpa com o propósito de "justificar" a atitude tomada: arroga-se, dessa maneira, um direito que se baseia em lançar à espôsa tôdas as culpas, além da infidelidade de que êle se queixa. O vencedor dessa rivalidade erótica procede nesses têrmos: entende que seu infeliz adversário deve ser o menos digno, pois que foi derrotado. Não há nenhuma diferença entre essa atitude e a do vencedor que, após triunfar no campo de batalha, proclama com pretensão desprezível: "Venci porque a razão estava comigo". O mesmo ocorre com o homem que, à vista das atrocidades da guerra, entra em derrocada moral e que — em vez de dizer simplesmente "era demasiado, não pude suportar mais" — experimenta a necessidade de justificar-se perante a própria consciência, substituindo aquêle sentimento de cansaço diante da guerra por um outro e dizendo: "Eu não podia mais suportar aquilo, porque me obrigavam a combater por uma causa moralmente injusta". Coisa semelhante pode ser dita a respeito daquele que é vencido; em vez de se comprazer na atitude de velha comadre à procura de um "responsável" — pois que é sempre a estrutura mesma da sociedade que engendra os con-

flitos —, melhor faria êle se adotasse uma atitude viril e digna, dizendo ao inimigo: "Perdemos a guerra e vocês triunfaram. Esqueçamos o passado e discutamos as conseqüências que se impõe retirar da nova situação, tendo em conta os *interêsses materiais* que estavam em jôgo e — ponto essencial — considerando a *responsabilidade perante o futuro,* que pesa, em primeiro lugar, sôbre o vencedor". Tôda outra maneira de reagir denota simplesmente ausência de dignidade e terá de ser paga mais cedo ou mais tarde. Uma nação sempre perdoa os prejuízos materiais que lhe são impostos, mas não perdoa uma afronta à sua honra, sobretudo quando se age à maneira de um predicador, que pretende ter razão a qualquer preço. Documentos novos trazidos a conhecimento público dezenas de anos após o término de um conflito só podem ter como resultado o despertar clamores injustificados, cólera e ódio, quando melhor seria esquecer a guerra, moralmente ao menos, depois de ela terminada. Tal atitude só é possível, entretanto, quando se tem o senso da realidade, o senso cavalheiresco e, acima de tudo, o senso da dignidade. E essa atitude impede que se adote uma "ética" que, em verdade, sempre é testemunho de uma falta de dignidade de ambos os lados. Esta última espécie de ética só se preocupa com a culpabilidade no passado, questão estéril do ponto de vista político, porque insolúvel; e não chega a preocupar-se com o que se constitui no interêsse próprio do homem político, ou seja, o futuro e a responsabilidade diante do futuro. Se existem crimes políticos, um dêles é essa maneira de proceder. Além disso, uma tal atitude tem o inconveniente adicional de nos impedir de perceber até que ponto o problema todo é inevitàvelmente falseado por interêsses materiais: interêsse do vencedor de tirar o maior proveito possível da vitória alcançada — trate-se de interêsse material ou moral —, esperança do vencido de trocar o reconhecimento de culpabilidade por certas vantagens. Se há no mundo alguma coisa de "abjeto", é exatamente isso. Eis o que resulta, quando se pretende utilizar a ética *para* ter sempre razão.

Como se coloca, então, o problema das verdadeiras relações entre a ética e a política? Será certo, como já se afirmou, que não há qualquer relação entre essas duas esferas? Ou seria mais acertado afirmar, pelo contrário, que a mesma ética é valida para a ação política e para qualquer outro gênero de ação?

Já se acreditou que exista oposição absoluta entre as duas teses: seria exata uma ou a outra. Cabe, entretanto, indagar se existe uma ética que possa impor, no que se refere ao conteúdo, obrigações idênticas aplicáveis às relações sexuais, comerciais, privadas e públicas, às relações de um homem com sua espôsa, sua quitandeira, seu filho, seu concorrente, seu amigo e seu inimigo. Pode-se, realmente, acreditar que as exigências éticas permaneçam indiferentes ao fato de que tôda política utiliza como instrumento específico a fôrça, por trás da qual se perfilha a *violência?* Não nos é dado constatar que, exatamente por haverem recorrido à violência, os teóricos do bolchevismo e do espartaquismo chegam ao mesmo resultado a que chegam todos os outros ditadores militares? Em que se distingue o domínio dos "Conselhos de trabalhadores e soldados" do domínio de não importa que organismo detentor do poder no antigo regime imperial — senão pelo fato de que os atuais manipuladores do poder são simples diletantes? Em que a arenga da maioria dos defensores da pretensa ética nova — mesmo quando êles criticam a dos adversários — difere da de um outro demagogo qualquer? Dir-se-á que pela nobreza da intenção. Muito bem. Contudo, o que, no caso, se discute *é o meio,* pois os adversários reiveindicam exatamente da mesma forma, com a mesma e completa sinceridade subjetiva, a nobreza de suas próprias intenções últimas. "Quem recorre à espada, morrerá pela espada" e, por tôda a parte, a luta é a luta. E então?

A ética do *Sermão da Montanha? O Sermão da Montanha* — onde se traduz, segundo entendo, a ética absoluta do Evangelho — é algo muito mais sério do que imaginam os que, em nossos dias, citam, com leveza, seus mandamentos. A leveza não cabe. O que se disse a propósito de causalidade em ciência aplica-se também à ética: não se trata de um veículo que se possa deter à vontade, para descer ou subir. A menos que ali só se enxergue um repositório de trivialidades, a ética do Evangelho é uma ética do "tudo ou nada". A parábola do jovem rico nos diz, por exemplo: "E êle se foi de coração triste, porque possuía muitos bens". O mandamento do Evangelho é incondicional e unívoco: dá tudo o que possuas — absolutamente tudo, sem reservas. O político dirá que êsse mandamento não passa de uma exigência social irrealizável e absurda, que não se aplica a todos. Em conseqüência, o político proporá a supres-

são da propriedade por taxação, imposição, confisco — em suma, coação e a regulamentação dirigida contra todos. O mandamento ético não se preocupa, entretanto, com isso e essa despreocupação é sua essência. Êle ordena ainda: "Ofereça a outra face!" Imediatamente e sem indagar por que o outro se acha com direito de ferir. Dir-se-á que é uma ética sem dignidade. Sim — exceto para o santo. É exatamente isso: é preciso ser um santo ou, pelo menos desejar sê-lo e viver como Jesus, como os Apóstolos, como São Francisco de Assis e seus companheiros, para que a ética adquira sentido e exprima uma dignidade. Caso contrário, não a terá. Conseqüentemente, se a ética a-cósmica do amor nos diz: "Não resistas ao mal pela fôrça", o político, ao contrário, dirá: "Deves opor-te ao mal pela fôrça ou serás responsável pelo triunfo que êle alcance." Aquêle que deseja agir de acôrdo com a ética do Evangelho deve renunciar a fazer greve — a greve é uma coação — e não lhe restará solução outra que não a de filiar-se a um sindicato amarelo *. E deve, acima de tudo, abster-se de falar de "revolução". Com efeito, a ética do Evangelho não deseja ensinar que só a guerra civil seria uma guerra legítima. O pacifista que age de conformidade com as regras do Evangelho deporá as armas ou as lançará longe em respeito ao dever ético, tal como se recomendou na Alemanha, para pôr fim não só à guerra como a tôdas as guerras. O político, ao contrário, dirá: "O único meio seguro de desacreditar a guerra para todo o futuro previsível teria sido uma paz imediata, fundada sôbre o *status quo*. Com efeito, nessa hipótese, os povos ter-se-iam perguntado: de que nos serviu a guerra? E o absurdo da guerra ter-se-ia pôsto em evidência — solução que já não é mais possível adotar. A guerra será, com efeito, politicamente vantajosa para os vencedores ou, pelo menos, para uma parte dêles. A responsabilidade por tal situação cabe à atitude que nos privou de tôda a possibilidade dessa resistência. Dentro em pouco, entretanto — quando ultrapassado o período de cansaço — *estará desacreditada a paz e não a guerra*: conseqüência da ética absoluta.

Há, por fim, o dever da verdade. É também êle incondicional, do ponto de vista da ética absoluta. Daí se retirou a

* Sindicato desvirtuado de suas finalidades de defesa de classe. NT.

conclusão de que se impunha publicar todos os documentos, principalmente os que humilham o próprio país, para pôr em evidência, à luz dessas testemunhas insubornáveis, o reconhecimento de uma culpabilidade unilateral, incondicional e que se despreocupa das conseqüências. O político entenderá que essa maneira de agir, a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sôbre a verdade, irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento de paixões que provocará. Sabe o político que só a elaboração metódica dos fatos, procedida imparcialmente, poderá produzir frutos, ao passo que qualquer outro método acarretará, para a nação que o empregue, conseqüências que, talvez, exijam anos para deixarem de manifestar-se. Para dizer a verdade, se existe um problema de que a ética absoluta não se ocupa, êsse é o problema das conseqüências.

Desembocamos, assim, na questão decisiva. Impõe-se que nos dêmos claramente conta do fato seguinte: tôda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutìvelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha a ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção — diríamos, em linguagem religiosa, "O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus" — e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: "Devemos responder pelas previsíveis conseqüências de nossos atos". Perderá tempo quem busque mostrar, da maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais — o sindicalista não acreditará. Quando as conseqüências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois, como dizia muito procedentemente Fichte, não temos o

direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as conseqüências previsíveis de sua própria ação. Dirá, portanto: "Essas conseqüências são imputáveis à minha própria ação". O partidário da ética da convicção só se sentirá "responsável" pela necessidade de velar em favor da chama da doutrina pura, a fim de que ela não se extinga, de velar, por exemplo, para que se mantenha a chama que anima o protesto contra a injustiça social. Seus atos, que só podem e só devem ter valor exemplar, mas que, considerados do ponto de vista do objetivo essencial, aparecem como totalmente irracionais, visam apenas àquele fim: estimular perpètuamente a chama da própria convicção.

Esta análise não esgota, entretanto, a matéria. A nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins "bons", vemo-nos, com freqüência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de conseqüências desagradáveis. E nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as conseqüências moralmente perigosos.

O instrumento decisivo da política é a violência. Pode-se ter idéia de até onde estender, do ponto de vista ético, a tensão entre meios e fim, quando se considera a bem conhecida atitude dos socialistas revolucionários da corrente Zimmerwald. Já durante a guerra, êles se haviam declarado favoráveis a um princípio que se pode exprimir, de maneira contundente, nos têrmos seguintes: "Postos a escolher entre mais alguns anos de guerra seguidos de uma revolução e a paz imediata não seguida de uma revolução, escolhemos a primeira alternativa: mais alguns anos de guerra! À pergunta — que pode proporcionar essa revolução?, todo socialista que raciocine cientìficamente, conformando-se aos princípios de sua doutrina só pode oferecer uma resposta: no momento, não se pode falar de passagem para uma economia que se poderia chamar socialista, no sentido próprio do têrmo; uma economia de tipo burguês ressurgiria, apenas despida de vestígios de feudalismo e de elementos dinásticos. É, portanto, para alcançar êsse modesto resultado que se aceitariam "mais alguns anos de guerra". Seria desejável poder

acreditar que mesmo uma robusta convicção socialista rejeitasse um objetivo que requer tais meios. O problema não assume feição diversa no caso do bolchevismo, do espartaquismo e, de modo geral, no caso de qualquer outra espécie de socialismo revolucionário, pois é perfeitamente ridículo, da parte dos revolucionários, *condenar em nome da moral* a "política de fôrça" praticada pelos homens do antigo regime, quando, afinal de contas, êles se utilizam exatamente dêsse meio — por mais justificada que seja a posição que adotam quando repelem os objetivos de seus adversários.

Parece, portanto, que é o problema da justificação dos meios pelo fim que, em geral, coloca em cheque a ética da convicção. De fato, não lhe resta, lògicamente, outra possibilidade senão a de condenar qualquer ação que faça apêlo a meios moralmente perigosos. E importa acentuar: lògicamente. Com efeito, no mundo das realidades, constatamos, por experiência incessante, que o partidário da ética da convicção torna-se, bruscamente, um profeta milenarista e que os mesmos indivíduos que, alguns minutos antes, haviam pregado a doutrina do "amor oposto à violência" fazem, alguns instantes depois, apêlo a essa mesma fôrça — à fôrça última que levará à destruição de tôda violência —, à semelhança dos chefes militares alemães que, por ocasião de cada ofensiva, proclamavam: é a última, a que nos conduzirá à vitória e nos trará a paz. O partidário da ética da convicção não pode suportar a irracionalidade ética do mundo. Êle é um racionalista "cosmo-ético". Aquêles que, dentre os senhores, conhecem Dostoiewski poderão, a esta altura, evocar a cena do Grande Inquisidor onde êsse problema é exposto de maneira adequada. Não é possível conciliar a ética da convicção e a ética da responsabilidade, assim como não é possível, se jamais se fizer qualquer concessão ao princípio segundo o qual o fim justifica os meios, decretar, em nome da moral, qual o fim que justifica um meio determinado.

Meu colega, F. W. Foerster, por quem tenho alta estima, em razão da incontestável sinceridade de suas convicções, mas a quem recuso inteiramente a qualidade de homem político, acredita poder contornar essa dificuldade preconizando, num dos livros que escreveu, a tese seguinte: o bem só pode engendrar o bem e o mal só pode engendrar o mal. Se assim fôsse, o pro-

blema deixaria de existir. É verdadeiramente espantoso que tese semelhante haja podido merecer publicidade, dois mil anos depois dos Upanishades. O contrário nos é dito não só por tôda a História universal, mas também pelo imparcial exame da experiência cotidiana. O desenvolvimento de tôdas as religiões do mundo se fêz a partir da verdade da opinião oposta. O antiqüíssimo problema da teodicéia enfrenta exatamente a questão de saber como pode dar-se que um poder, apresentado, ao mesmo tempo, como onipotente e bom, haja criado êste mundo irracional, povoado de sofrimentos imerecidos, de injustiças não castigadas e de incorrigível estupidez. Ou êsse poder é onipotente e bom, ou não o é, ou nossa vida é governada por princípios inteiramente diversos de recompensa e de sanção, princípios que só é posível interpretar por via metafísica, se é que não escapam inteiramente à nossa capacidade de compreensão. Êsse problema, a experiência da irracionalidade do mundo, foi a fôrça motriz do desenvolvimento de tôdas as religiões. A doutrina hindu do *karma,* a do dualismo persa, a do pecado original, a da predestinação e do *Deus absconditus* nasceram tôdas dessa experiência. Também os primeiros cristãos sabiam perfeitamente que o mundo estava dominado por demônios e que o indivíduo que se comprometesse com a política, isto é, com os instrumentos do poder e da violência estava concluindo um pacto com potências diabólicas; sabiam aquêles cristãos não ser verdade que o bem gerasse ùnicamente o bem, e o mal ùnicamente o mal: constata-se, antes e com muita freqüência, o fenômeno inverso. Quem não o veja é, polìticamente falando, uma criança.

A ética religiosa acomodou-se de diversas maneiras a êsse fundamental estado de coisas, que nos leva a situar-nos em diferentes regimes de vida, subordinados, por sua vez, a leis igualmente diversas. O politeísmo helênico sacrificava, ao mesmo tempo a Afrodite e a Hera, a Apolo e a Dioniso, sabendo que êsses deuses freqüentemente se combatem. O sistema hindu fazia de cada uma das profissões o objeto de uma lei ética particular, de um *drama,* estabelecendo entre elas uma separação definitiva, por castas que, em seguida, integrava numa hierarquia imutável. O indivíduo nascido numa casta não tinha possibilidade alguma de libertar-se dela, a não ser por reencarnação, em vida futura. Cada profissão encontrava-se, conseqüentemente, a uma distância diferente da salvação suprema. Estabeleceu-se,

dessa forma, o *darma* de cada uma das castas, desde os ascetas e brâmanes até os vis e os párias, no interior de uma hierarquia que se conformava às leis imanentes, próprias de cada profissão. Guerra e política encontraram, nesse esquema, o seu lugar. Que a guerra faça parte integrante da vida é coisa que se verifica lendo na *Bhagavad Gita* a conversa que mantêm Krishna e Arjuna. "Age como necessário", isto é o dever que te é impôsto pelo *darma* da casta dos guerreiros e observa as prescrições que a regem ou, em suma, realiza a "obra" objetivamente necessária que corresponde à finalidade de tua casta, ou seja, guerrear. Nos têrmos dessa crença, cumprir o destino de guerreiro estava longe de constituir ameaça para a salvação da alma, constituindo-se, ao contrário, em seu sustentáculo. O guerreiro hindu estava sempre tão certo de que, após morte heróica, alcançaria o céu do Indra quanto o guerreiro germânico de ser recebido no Walhalla; sem dúvida, o guerreiro hindu desdenharia o nirvana tanto quanto o guerreiro germânico desdenharia o paraíso cristão com seus coros de anjos. Essa especialização da ética permitiu que a moral hindu fizesse da arte real da política uma atividade perfeitamente conseqüente, subordinada a suas próprios leis e sempre mais consciente de si mesma. A literatura hindu chega a oferecer-nos uma exposição clássica do "maquiavelismo" radical, no sentido popular de maquiavelismo; basta ler o *Arthaçastra,* de Kautilya, escrito muito antes da era cristã, provàvelmente quando governava Chandragupta. Comparado a êsse documento, *O Príncipe* de Maquiavel, é um livro inofensivo. Sabe-se que na ética do catolicismo, da qual, aliás, o professor Foerster tanto se aproxima, os *consilia evangelica* constituem uma moral especial, reservada para aquêles que possuem o privilégio do carisma da santidade. Ali se encontra, ao lado do monge, a quem é defeso derramar sangue ou buscar vantagens econômicas, o cavaleiro e o burguês piedosos que têm o direito, o primeiro de derramar sangue e o segundo de enriquecer-se. Não há dúvida de que a diferenciação da ética e sua integração num sistema de salvação apresentam-se, aí, menos conseqüentes do que na Índia; não obstante, em razão dos pressupostos da fé cristã, assim podia e mesmo devia ser. O doutrina da corrupção do mundo pelo pecado original permitia, com relativa facilidade, integrar a violência na ética, enquanto meio, para combater o pecado e as heresias que se erigem, precisamente, em perigos para a alma. Não

obstante, as exigências a-cósmicas do *Sermão da Montanha,* sob forma de uma pura ética de convicção, e o direito natural cristão, compreendido como exigência absoluta fundada naquela doutrina, conservaram seu poder revolucionário e vieram à tona, com todo o furor, em quase todos os períodos de perturbação social. Deram, em particular, nascimento a seitas que professam um pacifismo radical; uma delas tentou erigir, na Pensilvânia, um Estado que se propunha a não utilizar a fôrça em suas relações exteriores — experiência que se revelou, aliás, trágica, na medida em que, quando da Guerra da Independência norte-americana, impediu os Quakers de intervirem, de armas na mão, num conflito cujo objetivo era, entretanto, a defesa de ideais idênticos aos por êles cultivados. Em posição oposta, o protestantismo comum reconhece, em geral, o Estado como válido e, conseqüentemente, o recurso à violência como uma instituição divina; justifica, muito particularmente, o Estado autoritário legítimo. Lutero retirou do indivíduo a responsabilidade ética pela guerra e a atribuiu à autoridade política, de sorte que obedecer às autoridades em matérias outras que não as de fé jamais poderia implicar culpa. O calvinismo também admitia a fôrça como um dos meios para a defesa da fé e legitimava, conseqüentemente, as guerras de religião. Sabe-se que essas guerras santas sempre foram elemento vital para o islamismo. Vê-se, portanto, que não foi, de modo algum, a descrença moderna, brotada do culto que a Renascença dedicou aos heróis, que levantou o problema da ética política. Tôdas as religiões, com maior ou menor êxito, enfrentaram êsse problema e a exposição feita deve ter bastado para mostrar que não poderia ter sido de outro modo. A originalidade própria dos problemas éticos no campo da política reside, pois, em sua relação com o instrumento específico da *violência legítima,* instrumento de que dispõem os agrupamentos humanos.

Seja qual fôr o objetivo das ações que pratica, todo homem que pactua com aquêle instrumento — e o homem político o faz necessàriamente — se expõe às conseqüências que êle acarreta. E isso é particularmente verdadeiro para o indivíduo que combate por suas convicções, trate-se de militante religioso ou de militante revolucionário. Atrevidamente, tomemos como exemplo a época atual. Quem quer que, utilizando a fôrça, deseje instaurar a justiça social sôbre a Terra sentirá a necessidade

de contar com seguidores, isto é, com uma organização humana. Ora, essa organização não atua, a menos que se lhe faça entrever indispensáveis recompensas psicológicas ou materiais, sejam terrestres ou celestes. Acima de tudo, as recompensas psicológicas: nas modernas condições de luta de classes, tais recompensas se traduzem pela satisfação dos ódios, dos desejos de vingança, dos ressentimentos e, principalmente, da tendência pseudo-ética de ter razão a qualquer preço, saciando, por conseqüência, a necessidade de difamar o adversário e de acusá-lo de heresia. Aparecem, em seguida, as recompensas de caráter material: aventura, vitória, prêsa, poder e vantagens. O êxito do chefe depende, por completo, do funcionamento da organização com que êle conte. Por êsse motivo, êle depende também dos sentimentos que inspirem seus partidários e não apenas dos sentimentos que pessoalmente o inspirem. Seu futuro depende, portanto, da possibilidade de assegurar, de maneira durável, tôdas essas recompensas aos partidários de que não pode prescindir, trate-se da guarda vermelha, de espiões ou de agitadores. O chefe não é senhor absoluto dos resultados de sua atividade, devendo curvar-se também às exigências de seus partidários, exigências que podem ser moralmente baixas. Êle terá seus partidários sob domínio enquanto fé sincera em sua pessoa e na causa que defende seja depositada pelo menos por uma fração dêsses partidários, pois jamais ocorreu que sentimentos idênticos inspirem sequer a maioria de um grupo humano. Aquelas convicções, mesmo quando subjetivamente as mais sinceras, não servem, em realidade e na maioria das vêzes, senão para "justificar" moralmente os desejos de vingança, de poder, de lucros e de vantagens. A êste respeito, não permitiremos que nos contem fábulas, pois a interpretação materialista da História não é veículo em que possamos subir à nossa vontade e que se detenha diante dos promotores da revolução. E importa, sobretudo, não esquecer que à revolução animada de entusiasmo sucederá sempre a rotina cotidiana de uma tradição e que, nesse momento, o herói da fé abdicará e a própria fé perderá em vigor ou se transformará — êsse o mais cruel destino que pode ter — em elemento da fraseologia convencional dos pedantes e dos técnicos da política. Essa evolução ocorre de maneira particularmente rápida quando se trata de lutas ideológicas, simplesmente porque êsse gênero de lutas é, via de regra, dirigido ou inspirado por chefes

autênticos, os profetas da revolução. Nesse caso, com efeito, como, em geral, em tôda atividade que reclama uma organização devotada ao chefe, uma das condições para que se alcance êxito é a despersonalização e o estabelecimento de uma rotina, em suma, a proletarização espiritual, no interêsse da disciplina. Essa a razão por que os partidários vitoriosos de um chefe que luta por suas convicções entram — e, de ordinário, ràpidamente — em processo de degeneração, transformando-se em massa de vulgares aproveitadores.

★

Quem deseje dedicar-se à política e, principalmente, quem deseje dedicar-se à política em têrmos de vocação deve tomar consciência dêsses paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo em que êle próprio poderá transformar-se sob pressão daqueles paradoxos. Repito que êle se compromete com potências diabólicas que atuam com tôda a violência. Os grandes virtuosos do amor e da bondade a-cósmica do homem, venham êles de Nazaré, de Assis ou de reais castelos indianos não operaram com o instrumento político da violência. O reino que pregavam não era "dêste mundo" e, entretanto, êles tiveram e continuam a exercer influência neste mundo. As figuras de Platão, Karatajev e dos santos de Dostoiewski são, por certo, as mais fiéis reconstituições dêsse gênero de homens. Quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência. O gênio, ou demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos, tal como êste se manifesta nas instituições da Igreja. Essa tensão pode, a qualquer tempo, explodir em conflito insolúvel. Isso os homens já sabiam, mesmo ao tempo em que a Igreja dominava. Repetidamente o interdito papal atingia Florença — e, naquela época pressão tal pesava muito mais fortemente sôbre os homens e muito mais lhes ameaçava a salvação da alma do que a "fria aprovação" (como diz Fichte) do juízo moral kantiano — e, entretanto, os habitantes da cidade continuavam a mover guerra aos Estados papais. Em bela passagem de suas *Histórias Florentinas,* se exata minha lembrança,

Maquiavel alude a tal situação e põe na bôca de um dos heróis de Florença, que rende homenagem a seus concidadãos, as seguintes palavras: "Eles preferiram a grandeza da cidade à salvação de suas almas".

Se, em vez de cidade natal ou de "pátria", palavras que, em nossos dias, já não têm uma significação unívoca, falarmos em "futuro do socialismo" ou em "paz internacional" estaremos empregando expressões que correspondem à maneira moderna de colocar o problema. Com efeito, todos êsses objetivos que não é possível atingir a não ser através da atividade política — onde necessàriamente se faz apêlo a meios violentos e se acolhem os caminhos da ética da responsabilidade — colocam em perigo a "salvação da alma". E caso se procure atingir êsses objetivos ao longo de um combate ideológico orientado por uma ética da convicção, há risco de provocar danos grandes e descrédito, cujas repercussões se farão sentir durante gerações várias, porque não existe responsabilidade pelas conseqüências. Nesse caso, em verdade, o agente não tem consciência dos diabólicos podêres que entram em jôgo. Ora, êsses podêres são inexoráveis e, se o indivíduo não os percebe, será arrastado a uma série de conseqüências e a elas, sem mercê, entregue; e as repercussões se farão sentir não apenas em sua forma de atuar, mas também no fundo de sua alma. "O diabo é velho". E quando o poeta acrescenta "envelhecei para entendê-lo", por certo que não se está referindo a idade em têrmos cronológicos. Pessoalmente, jamais admiti que, ao longo de uma discussão, se procurasse garantir vantagem exibindo a certidão de nascimento. O simples fato de que um de meus interlocutores tem vinte anos, quando eu já passo dos cinqüenta, não pode, afinal de contas, autorizar-me a pensar que isso constitua uma conquista diante da qual se imponha uma respeitosa inclinação. Não importa a idade, mas sim a soberana competência do olhar, que sabe ver as realidades da vida, e a fôrça de alma que é capaz de suportá-las e de elevar-se à altura delas.

Certo que a política se faz com o cérebro, mas indiscutível, também, que ela não se faz exclusivamente com o cérebro. Quanto a êsse ponto, razão cabe aos partidários da ética da convicção. Não cabe recomendar a ninguém que atue segundo a ética da convicção ou segundo a ética da responsabilidade, assim como não cabe dizer-lhe quando observar uma e quando observar outra.

Só cabe dizer-lhe uma coisa: quando, hoje em dia, num tempo de excitação que, a seu ver, não é estéril — saiba, entretanto, que a excitação não é sempre e nem mesmo genuìnamente uma paixão autêntica — vemos sùbitamente surgir, de tôda parte, homens políticos animados pelo espírito da ética da convicção e proclamando: "Não eu, mas o mundo é que é estúpido e vulgar; a responsabilidade pelas conseqüências não cabe a mim, porém àqueles a cujo serviço estou; não obstante, esperem um pouco e eu saberei destruir essa estupidez e essa vulgaridade" — diante de tal situação, confesso que, antes do mais, procuro informar-me acêrca do equilíbrio interior dêsses partidários da ética da convicção. Tenho a impressão de que, nove vêzes em dez, estarei diante de balões cheios de vento, sem consciência das responsabilidades que assumem e embriagados de sensações românticas. De um ponto de vista humano, isso não me interessa muito, nem me comove absolutamente. Perturbo-me, ao contrário, muito profundamente, diante da atitude de um homem maduro — seja velho ou jovem — que se sente, de fato e com tôda a alma, responsável pelas conseqüências de seus atos e que, praticando a ética da responsabilidade, chega, em certo momento, a declarar: "Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui". Tal atitude é autênticamente humana e é comovedora. Cada um de nós, que não tenha ainda a alma completamente morta, poderá vir a encontrar-se em tal situação. Vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à "vocação política".

Meus caros ouvintes, dentro de dez anos, teremos, talvez, oportunidade de voltar a falar dêste assunto. Naquela ocasião, receio que, infelizmente e por mútiplas razões, a Reação já nos terá, de há muito, dominado. É provável que pouco do que os senhores almejaram e esperaram e do que também esperei se haja realizado. Muito pouco, segundo tudo leva a acreditar — para não dizer que absolutamente nada. Isso não me abaterá, mas confesso-lhes que pesa como um fardo íntimo sôbre quem tem consciência da situação. Eu gostaria de saber em que se terão transformado, dentro de dez anos, aquêles dentre os senhores que, presentemente, guardam o sentimento de serem verdadeiros "políticos por convicção" e que participam do entusiasmo despertado pela atual revolução — eu gostaria de saber em que se terão transformado interiormente. Muito agradável seria, sem dúvida, que as coisas pudessem passar-se como em Shakespeare, sonêto 102:

> Nosso jovem amor atravessava a primavera
> Quando, em seu louvor, cantos eu erguia;
> Também Filomel, sendo verão, cantava
> E detinha o canto em oportuno dia.

Tal não é, porém, o caso. Pouco importa quais sejam os grupos políticos a quem a vitória tocará: não nos espera a floração do estio, mas, antes, uma noite polar, glacial, sombria e rude. Com efeito, quando nada existe, não sòmente o imperador, mas também o proletário tem perdidos os seus direitos. E quando essa noite se houver lentamente dissipado, quantos, daqueles que viveram a atual e opulenta primavera, estarão ainda vivos? Em que se terão transformado no seu foro interior? Não lhes restará mais que amargor e grandiloqüência? Ou simples aceitação resignada do mundo e da profissão? Ou terão adotado uma última solução que não é a menos comum: renúncia mística ao mundo por todos quantos dotados para isso ou — como, infelizmente, acontece com freqüência — por todos quantos a tanto se sentem compelidos pela moda. Em qualquer dêsses casos, eu tirarei a seguinte conclusão: não estavam à altura da tarefa que lhes incumbia, não tinham dimensão para se medir com o mundo tal como êle é e tal como ordinàriamente se apresenta; em nenhum caso possuíam, nem objetiva, nem positivamente, no sentido profundo do têrmo, a vocação para a política que, entretanto, julgavam possuir. Melhor teriam feito, se cultivassem modestamente a fraternidade de homem para homem e, quanto ao resto, se entregassem, com simplicidade, ao trabalho cotidiano.

A política é um esfôrço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esfôrço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer — e tôda a experiência histórica o confirma — que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esfôrço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais sim-

ples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da fôrça de alma que lhes permita vencer o naufrágio de tôdas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquêle que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que êle pretende oferecer-lhe, aquêle que permaneça capaz de dizer "a despeito de tudo!", aquêle e só aquêle tem a "vocação" da política.

Outras obras de interesse:

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E POLÍTICA

A CONTROVÉRSIA ESTRUTURALISTA — *R. Macksey e E. Donato (orgs.)*
SOCIEDADE: UMA INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA * — *Ely Chinoy*
MALTHUS * — *Jean-Marie Poursin e Gabriel Dupuy*
A SOCIOLOGIA AMERICANA — *Talcott Parsons (org.)*
CIÊNCIA E POLÍTICA: DUAS VOCAÇÕES — *Max Weber*
O CONTRATO SOCIAL — *Rousseau*
DIÁLOGOS POLÍTICOS — *Maurice Cranston*
A CRISE DA SOCIEDADE INDUSTRIAL — *Norman Birnbaum*
ESTRUTURALISMO E ANTROPOLOGIA — *Dan Sperber*
INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA — *Ashley Montagu*
GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA — *Diversos Autores*
A SOCIOLOGIA E A MODERNA TEORIA DOS SISTEMAS * — *Walter Buckley*
PODER POLÍTICO E TEORIA SOCIAL — *Barrington Moore, Jr.*
TRATADO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO (2 vols.) * — *Friedmann e Naville*
TEMAS BÁSICOS DA SOCIOLOGIA * — *Horkheimer e Adorno (orgs.)*
O DESAFIO URBANO — *Daniel P. Moynihan (org.)*
NOVAS PERSPECTIVAS EM TEORIA DA EDUCAÇÃO — *R. A. Hodgkin*
O MITO E O HOMEM MODERNO — *Raphael Patai*
A LÓGICA DA ANÁLISE DO LEVANTAMENTO DE DADOS * — *Morris Rosenberg*
O PRÍNCIPE — *Maquiavel*
AS PERSPECTIVAS DO HOMEM — *Robert L. Heilbroner*
ANTROPO-LÓGICAS * — *George Balandier*
IMAGEM CRÍTICA DA SOCIOLOGIA — *Carlos Moya*
LINGUAGEM E COMPORTAMENTO SOCIAL — *W. P. Robinson*
O PODER DAS NAÇÕES — *John G. Stoessinger*
A UNIDADE DO HOMEM — Vol. I, Do Primata ao homem * — *Diversos Autores*
——— Vol. II, O Cérebro Humano e seus Universais * — *Diversos Autores*
———Vol. III, Para Uma Antropologia Fundamental — *Diversos Autores*
A ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA — *Jean-Marie Auzias*
O ADVENTO DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL — *Daniel Bell*